

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**A LINHA DE CRÉDITO DO BRDE/PCS E
O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO DE CASO**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

RAQUEL BREDASANTOS
Rio de Janeiro – 2022

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**

RAQUEL BREDAS DOS SANTOS

**A LINHA DE CRÉDITO DO BRDE/PCS E O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO DE CASO**

**RIO DE JANEIRO
2022**

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**

RAQUEL BREDAS DOS SANTOS

**A LINHA DE CRÉDITO DO BRDE/PCS E O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Área de Concentração: Administração Pública

Orientadora: Prof. Dra. Yuna Souza dos Reis da Fontoura

RIO DE JANEIRO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Santos, Raquel Breda dos

A linha de crédito do BRDE/PCS e o financiamento sustentável: um estudo de caso / Raquel Breda dos Santos. – 2022.

85 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Yuna Souza dos Reis da Fontoura.

Inclui bibliografia.

1. Responsabilidade social da empresa – Estudo de casos. 2. Instituições financeiras governamentais. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Fontoura, Yuna Souza dos Reis da. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 658.408

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

RAQUEL BREDAS DOS SANTOS

“A LINHA DE CRÉDITO DO BRDE/PCS E O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO”.

DISSERTAÇÃO APRESENTADO(A) AO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE(A) EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

DATA DA DEFESA: 08/04/2022

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROFª YUNA SOUZA DOS REIS DA FONTOURA

PROFª YUNA SOUZA DOS REIS DA FONTOURA
ORIENTADOR(A)

PROFª JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
MEMBRO INTERNO

PROFª FRANCISCO GAETANI
MEMBRO INTERNO

PROFª MORGANA GERTRUDES MARTINS KRIEGER
MEMBRO EXTERNO

RIO DE JANEIRO, 08 DE ABRIL DE 2022.

PROFª FLAVIO CARVALHO DE VASCONCELOS
DIRETOR(A)

PROFª ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos vão para minha orientadora, Prof. Dra. Yuna Souza dos Reis da Fontoura, que me guiou e aconselhou no desenvolvimento da pesquisa e na elaboração desta dissertação, sempre disponível, construtiva e incentivadora, proporcionando um apoio que foi essencial para que eu prosseguisse no trabalho, superasse os desafios e alcançasse um resultado do qual posso me orgulhar.

Agradeço aos gestores, servidores e professores da FGV/EBAPE por todo o apoio e pela oportunidade de crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

Meu reconhecimento e agradecimento vão também para os Profs. Drs. José Henrique Paim Fernandes, Francisco Gaetani e Morgana G. Martins Krieger, pelas interações e sugestões, que foram fundamentais para o aperfeiçoamento e finalização deste trabalho.

A todos os entrevistados que contribuíram com a pesquisa, agradeço a disponibilidade, a atenção e a gentileza ao partilharem comigo seus conhecimentos e percepções.

À Prof. Dra. Helena Noronha Cury, que mesmo sem me conhecer e de longe, prestou um inestimável suporte na elaboração da dissertação, minha sincera gratidão.

Ao meu especial e dedicado amigo Luiz Corrêa Noronha, criador do programa estudado na pesquisa e que a acompanhou desde o início, incentivando, sempre generoso com ideias para seu constante aprimoramento, presente até o final, este resultado também é um pouco seu.

“There’s enough on this planet for everyone’s needs but not everyone’s greed.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

Objetivo – Este estudo tem por objetivo analisar a experiência de um banco regional de desenvolvimento que, sem o apoio de recursos ou instrumentos externos, fortaleceu sua responsabilidade socioambiental com a ampliação do fomento para projetos com diferencial de sustentabilidade.

Metodologia – Utilizou-se de um estudo de caso único, descritivo, com abordagem qualitativa de análise de conteúdo, a partir de pesquisa documental e da realização de entrevistas com dirigentes e funcionários do banco, clientes e provedores de *funding*, como meios para alcançar um conhecimento detalhado da questão analisada.

Resultados – Como principais resultados, foram identificadas as motivações e objetivos do Banco com a adoção dessa estratégia de fomento, e os principais desafios enfrentados na adoção e na implementação do Programa. Por fim, foram colhidas as opiniões sobre os benefícios da adoção do BRDE PCS, tanto para os funcionários, como para o próprio Banco e, mais amplamente, os benefícios percebidos para e pela sociedade.

Limitações – Tendo em vista ser estudo de caso único, com pequena amostra de entrevistados e uma tipologia de banco diferenciada, por se tratar de instituição de alcance regional, os resultados não podem ser imediatamente aplicados a todo o setor, mas podem ser considerados como indicativos para instituições similares que queiram replicar essa prática.

Aplicabilidade do trabalho – A compreensão e a divulgação dos impactos positivos dessa experiência podem estimular novas pesquisas sobre a prática da responsabilidade socioambiental nas instituições financeiras, ainda pouco analisada quanto ao seu papel no financiamento da sustentabilidade, além de motivar outros bancos a ampliar suas atividades e seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável.

Contribuições para a sociedade – Os benefícios percebidos pelos diferentes stakeholders da prática adotada pelo Banco demonstram como a iniciativa foi não apenas bem sucedida econômica e financeiramente para a instituição, como trouxe benefícios inequívocos para a sociedade, no alcance de um desenvolvimento que promove a conservação ambiental e a inclusão social.

Palavras-chave: Responsabilidade Socioambiental; Financiamento; Sustentabilidade

Categoria: Dissertação de Mestrado / Artigo Original

ABSTRACT

Purpose – This study aims to analyze the experience of a regional development bank which, without the support of external resources or instruments, has carried out its socio-environmental responsibility by promoting projects with a sustainability differential.

Methodology – A single, descriptive case study was used, with a qualitative content analysis approach, based on document analysis and interviews with thirteen stakeholders, bank managers and employees, customers, and funding providers, as a means to obtain detailed knowledge of the issue under analysis.

Findings – As the principal results, the Bank's motivations and objectives with the adoption of this promotion strategy were identified, as well as the main challenges faced in the adoption and implementation of the Program. Finally, opinions were collected on the benefits of adopting the BRDE PCS, both for employees and for the Bank itself and, more broadly, the benefits perceived for and by society.

Research limitations – In view of being a single case study, with a small sample of respondents and a differentiated bank typology, as it is a regional institution, the results cannot be immediately applied to the entire sector, but can be considered as indicative for institutions peers who want to replicate this practice.

Practical implications - The understanding and dissemination of the positive impacts of this experience may encourage further research on the practice of socio-environmental responsibility in financial institutions, which is still underanalyzed in terms of its role in financing sustainability, in addition to motivating other banks to increase their activities and their role in promoting sustainable development.

Social implications – The benefits perceived by the different stakeholders of the practice adopted by the Bank demonstrate how the initiative was not only economically and financially successful for the institution, but also brought unequivocal benefits to society, in achieving a development that promotes environmental conservation and social inclusion.

Keywords: Socio-environmental Responsibility; Financing; Sustainability

Category: Master's Dissertation / Original Article

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estruturação de uma PRSA e implementação	48
Figura 2 – Revisão bibliográfica e estratégia metodológica	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desempenho operacional e financeiro dos principais Programas de Desenvolvimento do BRDE no período de 2016 a 2020	38
Quadro 2 – Caracterização dos entrevistados	53
Quadro 3 – Levantamento das iniciativas relacionadas a fomento da sustentabilidade nos Relatórios de Administração do BRDE no período entre 2012 a 2015	56
Quadro 4 – Financiamento em sustentabilidade ambiental 2005-2012	59

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Linha do tempo de marcos de referência sobre responsabilidade corporativa, desenvolvimento sustentável e finanças sustentáveis

28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Motivações e objetivos do BRDE com a criação do Programa BRDE PCS	63
Tabela 2 – Desafios enfrentados pelo BRDE com a adoção do Programa BRDE PCS	68
Tabela 3 – Benefícios para o BRDE da criação do Programa BRDE PCS	72

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
ABC	Programa Agricultura de Baixo Carbono
ABDE	Associação Brasileira de Desenvolvimento
BCB	Banco Central do Brasil
BD	Banco de Desenvolvimento
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CDP	Carbon Disclosure Project
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CSP	Corporate Social Performance
CSR	Corporate Social Responsibility
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos - Empresa
GRI	Global Reporting Initiative
IASB	International Accounting Standards Board
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PCS	Produção e Consumo Sustentáveis
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRSA	Política de Responsabilidade Socioambiental
RSA	Responsabilidade Socioambiental
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNF	Sistema Nacional de Fomento
TCFD	Trade-related Climate Financial Disclosure
UNEP FI	United Nations Environment Programme Financial Initiative
10YFP	Quadro Decenal de Programas sobre Padrões Sustentáveis de Consumo e Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 O Problema de Pesquisa	15
1.2 O Objetivo da pesquisa	16
1.3 Justificativa e Relevância do Estudo	17
1.4 Limitações do estudo.....	18
2. CONTEXTO HISTÓRICO	20
2.1 O aparecimento e a evolução da Responsabilidade Social Corporativa.....	20
2.1.1 Responsabilidade Social Corporativa nas instituições financeiras.....	21
2.1.2 A Responsabilidade Socioambiental no setor financeiro brasileiro	23
2.1.3 Outras iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa.....	24
2.2 Linha do tempo do marco referencial de Responsabilidade Social Corporativa.....	27
2.3 Histórico do BRDE em Sustentabilidade	29
2.4 Histórico do Programa BRDE PCS.....	32
2.4.1 Produção e Consumo Sustentáveis - PCS	33
2.4.2 Origem e evolução do Programa BRDE PCS	35
3. REFERENCIAL TEÓRICO	39
3.1 Desenvolvimento Sustentável	39
3.2 O papel dos bancos de desenvolvimento.....	41
3.3 Responsabilidade socioambiental nas instituições financeiras	44
4. ABORDAGEM METODOLÓGICA	50
5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA	56
6. CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

1. INTRODUÇÃO

No seguimento do choque econômico iniciado em 2018, a crise global provocada pela pandemia do COVID-19, com milhões de vidas perdidas e efeitos devastadores nas economias, causou importante impacto no processo de desenvolvimento econômico e sustentável, principalmente nos países em desenvolvimento. Em muitos desses países, a pandemia e seus efeitos em cascata estão revertendo décadas de progresso feito na erradicação da pobreza, deixando meio bilhão de pessoas no limiar da pobreza, dizimando 400 milhões de empregos pelo mundo e ameaçando 430 milhões de pequenas empresas (OXFAM, 2020). De acordo com o PNUD (2021), a pandemia é muito mais do que uma crise da saúde, com declínios em áreas fundamentais do desenvolvimento humano sentidos na maioria dos países - ricos e pobres - em todas as regiões.

Mesmo antes da crise provocada pela pandemia, a coordenação de esforços para direcionar a economia brasileira para uma trajetória de desenvolvimento mais sustentável já requeria uma maior articulação entre as esferas de governo, empresas privadas, instituições e organizações, assim como o fortalecimento do papel de cada setor da sociedade para alcançar um desenvolvimento econômico, social e ambientalmente equilibrado e sustentável. Nesse contexto, Lemme (2012) singulariza a comunidade financeira (composta tanto pelas instituições financeiras, como pelas áreas financeiras das empresas), a qual, considerando seu papel como intermediários envolvidos na alocação de recursos para atividades produtivas, tem destacado papel a desempenhar, alinhado com o conceito de finanças sustentáveis.

Esta pesquisa procurou conhecer a experiência de uma instituição financeira de desenvolvimento que buscou, mesmo em cenário adverso e sem incentivos diretos, fortalecer seu papel no fomento de um crescimento econômico que alie inclusão social e conservação ambiental.

1.1 O Problema de Pesquisa

Com o objetivo de fomentar um desenvolvimento mais sustentável na região onde atua, porém sem recursos subsidiados ou não reembolsáveis¹ disponíveis, o Banco Regional de

¹ Recursos não reembolsáveis são concedidos ou aportados sem obrigatoriedade de retorno financeiro ao concedente ou com condições de contrapartida. São usados para apoiar a provisão de assistência técnica, a

Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) optou por utilizar instrumentos creditícios nas práticas de crédito e de investimentos da linha Produção e Consumo Sustentáveis (BRDE PCS), reduzindo as taxas (*spread*) e alongando os prazos de carência e de amortização para projetos que promovem sustentabilidade.

Com base no estudo de caso da experiência da criação e de mais de cinco anos de implementação do Programa BRDE PCS, a questão que orientará o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa é:

Como é possível a uma instituição financeira pública de desenvolvimento, utilizando-se apenas de recursos e instrumentos próprios, fortalecer seu papel no fomento do desenvolvimento sustentável?

1.2 O Objetivo da pesquisa

O objetivo deste trabalho é compreender como instituições conservadoras, como as instituições financeiras, conseguem adotar modelos de negócio que vão, em princípio, contra a lógica institucional funcional de maximização de lucro (FRIEDMAN, 1962) para fomentar o desenvolvimento sustentável, utilizando-se de incentivos de redução do *spread* bancário e ampliação de prazos de amortização e de carência, sem a utilização de recursos não reembolsáveis ou de fundos externos (fundos constitucionais e outros) no financiamento de projetos alinhados a sustentabilidade.

Utiliza-se da experiência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul para entender as motivações e os desafios na criação da linha de crédito BRDE PCS, bem como para conhecer e avaliar as estratégias e as opiniões dos técnicos do Banco que estiveram à frente das atividades comerciais vinculadas ao Programa durante o período coberto pela pesquisa e dos clientes que fizeram uso da linha de crédito.

Buscou-se ainda conhecer a opinião e avaliação dos gestores das instituições financeiras nacionais e internacionais, que forneceram *funding* para o BRDE PCS, sobre o Programa, sua implementação e seus impactos. Procurou-se, por fim, conhecer os benefícios, percebidos pelos *stakeholders*, com a adoção e implementação do Programa, tanto no nível do próprio Banco como para os clientes, além dos impactos mais amplos desses financiamentos.

elaboração de estudos e a preparação de projetos. São também utilizados no financiamento de projetos das áreas de ciência, tecnologia e inovação, e de cunho social ou ambiental, a fim de fomentar esses investimentos.

Todos esses elementos e, certamente, questões e informações adicionais que são analisadas permitem completar o quadro de conhecimento necessário para responder à pergunta da pesquisa.

1.3 Justificativa e Relevância do Estudo

Conforme bem assinalado por Infante et al. (2010), o grande desafio dos bancos, no contexto da sustentabilidade, consiste em “relacionar as atividades de fornecedoras de recursos do sistema financeiro com a sua capacidade de influir no desenvolvimento sustentável” (p. 39). Para os autores, existe uma consciência crescente do papel da análise socioambiental em todas as estratégias do setor financeiro, inclusive na prevenção de riscos e no aproveitamento de novas oportunidades de negócio.

A recessão causada pela pandemia reduziu a disponibilidade de recursos financeiros internos e externos que, em circunstâncias normais, teriam apoiado o desenvolvimento sustentável e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, tornando o hiato entre as necessidades e as disponibilidades financeiras ainda maior e todo esforço para reduzir essa diferença fundamental (PNUD, 2021).

Atualmente, outro problema urgente e global vem se somando a esse cenário, que são os impactos e cenários das mudanças climáticas. De acordo com o sexto relatório do Grupo de Trabalho I do Painel Internacional sobre Mudança do Clima (IPCC)², é inequívoco que as emissões causadas pelo homem, como a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento, são responsáveis pelo aquecimento recente, o qual vem causando eventos climáticos extremos cada vez mais perigosos e destrutivos.

Bhattacharya e Stern (2021) alertam que governos e o setor privado devem

“[...] alinhar as finanças com os objetivos climáticos, gerenciando os riscos de estabilidade financeira causados pelas mudanças climáticas; alinhando retornos sociais e privados com investimentos verdes³; mobilizando recursos para investimento, inclusive um grande impulso ao financiamento climático internacional; e tornando as políticas monetárias e de supervisão consistentes com os objetivos de emissões líquidas zero”. (BHATTACHARYA; STERN, 2021, p. 8)

² <https://www.ipcc.ch/sr15/>

³ Embora investimentos verdes sejam compreendidos como empreendimentos financeiros que os investidores fazem em empresas ambientalmente responsáveis, o termo é mais comumente utilizado para referir-se a atividades ou projetos com objetivos climáticos, que promovem mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa ou a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

O mundo das finanças, especialmente o do financiamento do desenvolvimento, parece estar cada vez mais ciente e consciente dessa realidade, e os financiamentos cada vez mais associados a necessidades específicas de adaptação às mudanças climáticas e sua mitigação.

Lemme (2012) inclui, entre as medidas que podem ser consideradas no curto ou médio prazo pela comunidade financeira para ajudar a induzir a transição para uma economia sustentável no Brasil, o estabelecimento, pelas instituições financeiras, de taxas de juros diferenciadas nos financiamentos para empresas e projetos voltados para projetos sustentáveis. Segundo o autor, a medida criaria um estímulo específico e quantitativo para a adoção de estratégias sustentáveis pelas empresas, dando aos bancos, como contrapartida, a redução dos riscos empresariais de longo prazo nos empréstimos e financiamentos. Lemme (2012) ainda sinaliza, entre os ganhos da adoção dessas medidas, a “redução de riscos e conflitos, eficiência operacional, fontes e custo do capital, inovação de produtos/serviços, reputação e valor de intangíveis” (p. 6).

Este estudo buscou compreender, a partir da análise da criação e implementação do Programa BRDE PCS, como o BRDE conseguiu implementar, sem o apoio de recursos externos ou outros incentivos, um programa de financiamento que não apenas reduziu as taxas, como aumentou os prazos de carência e de repagamento para projetos sustentáveis, e desse modo sua contribuição para o alcance dos objetivos de sustentabilidade da região onde atua. Como esta não é uma prática difundida no sistema financeiro, pelo que se avaliou, compreender as motivações, os desafios, mas principalmente os benefícios desse Programa pode ajudar na difusão dessa prática e, por outro lado, identificar questões que podem ser consideradas para facilitar sua implementação e torná-la um exemplo a ser seguido e, desse modo, aumentar a disponibilidade de recursos que apoiem o processo de construção de um desenvolvimento mais sustentável no País.

1.4 Limitações do estudo

Em função de ser um estudo de caso único, há limitações com relação à generalização dos resultados para outras instituições que desejem implementar experiência semelhante. Entretanto, os resultados obtidos com o Programa BRDE PCS poderão estimular outros bancos a adotar iniciativas análogas, aumentando a oferta de instrumentos financeiros que apoiem um desenvolvimento mais sustentável no Brasil.

Além da redução das taxas e alongamento de prazos, outros instrumentos econômicos e financeiros podem ser usados para aumentar a oferta de recursos para projetos sustentáveis,

tais como garantias e emissão de títulos, mas este estudo aborda apenas aqueles utilizados no Programa BRDE PCS.

Fator que exigiu certo cuidado foi a obtenção de respostas sinceras (verdadeiras, sem a preocupação de disfarçar o pensamento ou sentimento) dos dirigentes e servidores do BRDE durante as entrevistas, por receio de uma possível interpretação negativa em relação ao real comprometimento do Banco com a sustentabilidade, mais do que com sua imagem.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 O aparecimento e a evolução da Responsabilidade Social Corporativa

“Durante o século XX, a abordagem do desempenho econômico-financeiro prevaleceu no ambiente de negócios e investimentos, cuja pauta esteve centrada nos acionistas, também conhecidos como *shareholders*” (CARLOS; MORAIS, 2021, p. 30). Segundo as autoras, a responsabilidade social era considerada como prática ilícita, com impactos negativos na rentabilidade da firma. Carroll e Shabana (2010) remetem as raízes da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) a antes da Segunda Guerra Mundial, com algum discurso limitado na década de 1950, mas chamam especial atenção para a publicação de Howard R. Bowen, “Social Responsibilities of the Businessman”, em 1953, livro que se tornou referência na matéria. Os autores ressaltam que, desde o início do debate sobre RSC, apoiadores e detratores vêm articulando argumentos a favor e contra o conceito de RSC, sendo esses últimos na linha do clássico argumento econômico de que a primeira responsabilidade do empresário é a maximização do lucro (FRIEDMAN, 1962). Argumentos favoráveis variam desde garantir um clima saudável, que permita a viabilidade da empresa no longo prazo, e evitar a regulamentação do governo, até agir proativamente, o que geraria menos custo e seria mais prático para a empresa (CARROLL; SHABANA, 2010). Para Noufe (2016), Bowen baseou seu argumento no fato de que, no curso de suas operações, as corporações tomam decisões que impactam o meio ambiente, portanto, devem ser responsáveis por mitigar esse impacto.

Carroll e Shabana (2010) analisam os benefícios da RSC organizados de acordo com a estrutura proposta por Kurucz et al. (2008), os quais identificam quatro categorias de benefícios que as empresas podem obter ao se envolverem em atividades de RSC: “[...] redução de custos e riscos; obtenção de vantagem competitiva; melhor reputação e legitimidade; e busca de resultados vantajosos para as partes por meio da criação sinérgica de valor” (Ibid, p. 95). Tendo em vista os resultados bastante diversos das práticas analisadas pelos autores, esses sugerem que a formulação de uma estratégia de RSC bem-sucedida exige que as empresas entendam que os benefícios da RSC dependem de variáveis mediadoras⁴ e de contingências situacionais⁵.

⁴ Termo usado em estatística e psicologia, uma variável pode ser considerada mediadora quando influencia uma relação, de modo que sua inserção modifica a estrutura de relações existente.

⁵ As contingências situacionais representam aspectos da situação, do contexto ambiental em que ocorre a variável ou evento é analisado.

Desde a entrada no século XXI, maior foco tem sido dado à implementação de iniciativas de RSC e ao estudo empírico dos impactos da RSC (ABE; RUANGLIKHITKUL, 2013), embora algum desenvolvimento do conceito tenha sido continuamente observado. Os autores sinalizam que Schwartz e Carroll (2003) reduziram as quatro categorias de responsabilidades corporativas de Carroll (CARROLL, 1979), quais sejam, econômica, legal, ética e filantrópica, para uma abordagem de três domínios, ou seja, econômica, legal e ética.

É importante destacar a evolução do conceito de Responsabilidade Social Corporativa ao longo do tempo, que passou da simples filantropia, tratando-se aí da relação socialmente compromissada da empresa, para abranger todas as relações da empresa com seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, concorrentes, organizações públicas e privadas e reguladores, ou seja, todas as partes interessadas, ou *stakeholders*, bem como com o meio ambiente.

O conceito de Responsabilidade Social Corporativa, no qual o foco estava no nível da instituição e no impacto das atividades corporativas no mundo real, evoluiu com o tempo para o modelo ASG (ou ESG, sigla do termo em inglês *Environmental, Social and Governance*), modelo que cobre fatores ambientais, sociais e de governança, motivado por preocupações com as implicações de risco e retorno para os investidores decorrentes de seus três componentes. ESG é um acrônimo desenvolvido em um relatório de 2004⁶ por 20 instituições financeiras em resposta a um chamado de Kofi Anan, Secretário-Geral das Nações Unidas, e se refere a como corporações e investidores integram preocupações ambientais, sociais e de governança em seus modelos de negócio (GILLAN; KOCH; STARKS, 2021). Segundo esses autores, tradicionalmente, RSC se refere às atividades das corporações no que diz respeito a serem mais socialmente responsáveis, a serem melhores cidadãos corporativos. Uma diferença entre os dois termos seria de que ESG inclui governança explicitamente e CSR inclui questões de governança indiretamente, estando relacionadas a considerações ambientais e sociais. Assim, ESG tenderia a ser uma terminologia mais ampla do que CSR.

2.1.1 Responsabilidade Social Corporativa nas instituições financeiras

Para Wajnberg (2008), a discussão sobre sustentabilidade empresarial até recentemente não incluía o setor bancário, estando focada principalmente em setores mais ligados a atividades extrativistas e industriais, como papel e celulose e mineração. O que parece natural, quando se consideram os impactos ambientais dessas atividades. Até que, no Fórum Econômico Mundial de Davos em 2003, 101 organizações de diversos países assinaram a Declaração Collevocchio,

⁶ “Who Cares Wins — Connecting Financial Markets to a Changing World”, The Global Compact, 2004

pressionando as instituições do setor financeiro a aprimorarem suas políticas relacionadas à alocação de recursos de forma a promover o desenvolvimento sustentável (WAJNBERG, 2008).

Entretanto, bem antes disso surgia a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI, da sigla em inglês United Nations Environment Program Finance Initiative), parceria entre o PNUMA e o setor financeiro global para mobilizar o financiamento do setor privado para o desenvolvimento sustentável. Criada no contexto da Cúpula da Terra do Rio, em 1992, a UNEP FI trabalha atualmente com mais de 450 bancos, seguradoras e investidores, e mais de 100 instituições de apoio, para ajudar a criar um setor financeiro que atenda às pessoas e ao planeta, ao mesmo tempo em que produz impactos positivos. O objetivo declarado da Iniciativa é “inspirar, informar e capacitar as instituições financeiras para melhorar a qualidade de vida das pessoas sem comprometer a das gerações futuras”.⁷

A UNEP FI apoia o estabelecimento de princípios do setor financeiro global para catalisar a integração da sustentabilidade na prática do mercado financeiro. As estruturas que a UNEP FI estabeleceu ou cocriou incluem os Princípios para um Banco Responsável (PRB), lançados com mais de 130 bancos, que detêm coletivamente US\$ 47 trilhões em ativos, ou um terço do setor bancário global, em 22 de setembro de 2019. Outras iniciativas são os Princípios para Seguros Sustentáveis (PSI), estabelecidos em 2012, e os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), estabelecidos em 2006.

O ano de 2003, citado por Wajnberg (2008) como inflexão da inserção da sustentabilidade no setor financeiro, foi também marcado pela adoção, por um grupo de 10 importantes instituições financeiras, dos Princípios do Equador, padrões para determinação, avaliação e gerenciamento de riscos ambientais e sociais em projetos, elaborados com base no arcabouço de políticas e padrões ambientais e sociais da Corporação Financeira Internacional (IFC, da sigla em inglês da *International Finance Corporation*), braço do Grupo Banco Mundial que atua junto ao setor privado. Já em sua 4ª edição (EP4), os Princípios do Equador foram adotados por 127 instituições bancárias, de 38 países, entre eles o Brasil, que conta com 6 membros⁸.

No contexto brasileiro, as empresas dispõem de um “instrumento” chamado “balanço social” ou relatório social, para divulgar seu desempenho econômico, social e financeiro, dentro de uma filosofia de transparência e de responsabilidade, com conceitos, práticas e modelos em

⁷ Fonte: <https://www.unepfi.org/about/>

⁸ Banco Bradesco, S.A., Banco do Brasil, Votorantim S.A., BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco S.A. Fonte: <https://equator-principles.com/>, em 1 fev 2022.

constante evolução (CHAVES, 2010). Segundo Almeida et al (2012), as primeiras sementes da discussão sobre a ação social de empresas e a utilização de balanço social começaram a ser percebidas no final da década de 1970, porém, só a partir do início de 1990 algumas poucas organizações passaram a levar a sério esta questão e a divulgar, sistematicamente, em balanços e relatórios sociais, as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente (IBASE, 2012). A publicação do “Balanço Social dos Bancos” tem sido editada desde o exercício de 1993, quando as iniciativas desta natureza ainda não eram frequentes (CHAVES, 2010).

2.1.2 A Responsabilidade Socioambiental no setor financeiro brasileiro

Para Braga (2014), a elaboração dos instrumentos sustentáveis no financiamento no Brasil tem início com o Protocolo Verde, cujo objetivo principal é o “fomento de políticas e práticas socioambientais multiplicadoras que sirvam de exemplo de desenvolvimento sustentável para as instituições concedentes de crédito oficial” (p. 18). Criado por um grupo de trabalho do Governo Federal, que tinha por objetivo “preparar uma proposta que contivesse diretrizes e estratégias para contribuir com a gestão ambiental em instituições financeiras federais” (Ibid. p. 18), o Protocolo Verde se destaca por ser uma iniciativa em que as próprias instituições bancárias públicas e privadas assumiram o compromisso de cumprir com um conjunto de medidas para a promoção de um desenvolvimento justo e sustentável, entre elas o não financiamento de projetos e empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação ambiental.

Importante aqui ressaltar que o Protocolo Verde (1995) determinava que os signatários se comprometiam, no regime de melhores esforços, a implementar as seguintes Diretrizes:

- a) Aprimorar, continuamente, o portfólio de produtos e serviços bancários destinados ao financiamento de atividades e projetos com adicionalidades socioambientais; b) Oferecer condições diferenciadas de financiamento (taxa, prazo, carência, critérios de elegibilidade etc.) para projetos com adicionalidades socioambientais; e c) Orientar o tomador de crédito, de forma a induzir a adoção de práticas de produção e consumo sustentáveis. (PROTOCOLO VERDE, 1995, p.2).

A Resolução nº 4.327/14, do Conselho Monetário Nacional (CMN) representou um importante avanço em matéria de regulação para a incorporação de questões de ESG no setor financeiro nacional. Para Nogueira, Conceição e Imbroisi (2015), essa Resolução consolidou no Brasil iniciativas pontuais, que tinham buscado incorporar o risco ambiental nas decisões de financiamento de instituições bancárias há mais de três décadas. Conforme ressaltam da Motta Bertonecello e Cárnio (2017), a Resolução CMN nº 4.327/14 foi um passo importante para o “início da implantação da cultura da sustentabilidade para com o mercado” (p. 94) e um marco,

continuam os autores, uma vez que delimita “a passagem de um ambiente autorregulatório para um ambiente regulatório, dotado de interesse público” (Ibid., p. 94). Todavia, ressaltam, outros passos precisam ser dados no que diz respeito à implantação da referida cultura.

2.1.3 Outras iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa

Outras iniciativas a registrar no que concerne a questões de RSC e sustentabilidade no setor financeiro são os relatórios de sustentabilidade empresarial com base em padrões internacionais de publicação e os indicadores de sustentabilidade para o setor. Entre os padrões de relatório de sustentabilidade, sobressai a Global Reporting Initiative (GRI), instituição baseada em rede criada em 1997 para

[...] ajudar as organizações a serem transparentes e assumirem a responsabilidade por seus impactos para que possamos criar um futuro sustentável, ... por meio de uma linguagem comum global para as organizações relatarem seus impactos, permitindo o diálogo informado e a tomada de decisões em torno desses impactos.”⁹

Em 2008, a GRI publicou um Suplemento para o Setor de Serviços Financeiros¹⁰, o qual contém um conjunto de padrões para divulgação para uso por todas as organizações do setor de Serviços Financeiros. Os padrões cobrem os principais aspectos do desempenho de sustentabilidade que são significativos e relevantes para o setor de Serviços Financeiros, e que não são suficientemente cobertos nas Diretrizes G4 para Relatoria em Sustentabilidade. De acordo com a GRI, o Suplemento deve ser aplicado em complemento às Diretrizes G4, usadas por todos os tipos de empresas e instituições para relatar seus impactos de sustentabilidade e desempenho.

Com o aumento da preocupação do impacto das mudanças climáticas sobre a estabilidade dos mercados e o risco para o setor financeiro, Grippa, Schmittmann e Suntheim (2019) ressaltam que “somente com relatórios precisos e adequadamente padronizados dos riscos climáticos nas demonstrações financeiras os investidores podem discernir as exposições reais das empresas aos riscos financeiros relacionados a clima” (p. 29). Os autores mencionam que já existem esforços promissores para apoiar a divulgação de tais riscos pelo setor privado, mas que essas divulgações geralmente são voluntárias e desiguais entre países e classes de ativos.

Para analisar como o setor financeiro poderia levar em conta as questões relacionadas a clima, os Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do Grupo dos 20 (G20)¹¹

⁹ Fonte: <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>

¹⁰ [https://cdn2.hubspot.net/hubfs/2642721/Recursos/Guias%20y%20Estandares/Suplementos%20sectoriales%20G4/GRI-G4-Financial-Services-Sector-Disclosures%20\(1\).pdf](https://cdn2.hubspot.net/hubfs/2642721/Recursos/Guias%20y%20Estandares/Suplementos%20sectoriales%20G4/GRI-G4-Financial-Services-Sector-Disclosures%20(1).pdf)

¹¹ Grupo criado em 1999, formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia, para facilitar a negociação internacional, estudando, analisando e

estabeleceram uma força-tarefa liderada pela indústria, com representantes dos setores público e privado. A Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD, da sigla em inglês de Trade-related Climate Financial Disclosure) foi encarregada de desenvolver recomendações para permitir a divulgação de informações claras, comparáveis e consistentes sobre riscos e oportunidades de negócios associados às mudanças climáticas. Tais recomendações foram elaboradas de maneira a serem aplicáveis a empresas de diferentes jurisdições e setores da economia. A divulgação de acordo com as recomendações da TCFD tem aumentado a cada ano desde seu lançamento em 2017 e conta hoje com 2.600 apoiadores, em 89 países¹².

O Brasil tornou-se um dos países que apoiam formalmente o uso das recomendações da Força-Tarefa quando, em setembro de 2021, o BCB anunciou requisitos obrigatórios de divulgação alinhados ao TCFD, os quais inicialmente se concentrarão em aspectos qualitativos relacionados a governança, estratégia e gestão de riscos relacionados a clima para instituições reguladas, com uma segunda fase incorporando aspectos quantitativos. Os requisitos para a divulgação, pelas instituições, do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC) incluem informações sobre a governança e gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos. Na mesma ocasião, o BCB ainda divulgou normativos que estabelecem regras para a elaboração, pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN), de suas Políticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e para o fortalecimento de suas estruturas de gerenciamento de riscos (BCB, 2021).

Iniciado em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores B3 busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações (ALMEIDA; NASCIMENTO JÚNIOR; COSTA, 2017).

De acordo com a B3, o objetivo do ISE é

[...] ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial. Apoiando os investidores na tomada de decisão de investimento e induzindo as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, uma vez que as práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, na sigla em inglês) contribuem para a perenidade dos negócios. O Questionário ISE B3 é o mesmo para todas as empresas, com exceção da dimensão ambiental, que é subdividida em grupos conforme os impactos potenciais de diferentes tipos de atividades, inclusive com um questionário específico para instituições financeiras, cujo propósito é

promovendo a discussão entre os países mais ricos e os emergentes sobre questões políticas relacionadas com a promoção da estabilidade financeira internacional, e encaminhando as questões que estão além das responsabilidades individuais de qualquer organização ou país.

¹² Fonte: TCFD Status Report <https://assets.bbhub.io/company/sites/60/2021/07/2021-TCFD-Status_Report.pdf>

identificar em que medida uma instituição financeira incorpora as questões socioambientais na concessão de crédito, investimentos e/ou subscrição de riscos e em que medida ela contribui para o desenvolvimento da economia verde e o alcance dos ODS. (B3, 2022) ¹³.

A 17ª carteira do ISE B3, anunciada em dezembro de 2021, conta com 8 instituições financeiras, entre elas Banco do Brasil, Bradesco e Itaú Unibanco, e foi a primeira selecionada por meio de uma nova metodologia, que além das respostas ao questionário e análise de evidências, considerou informações de duas fontes externas, sendo uma delas o resultado das empresas no CDP 2021¹⁴, incorporando informações referentes à dimensão Mudança do Clima.

Em abril de 2021, foi lançada a Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ)¹⁵, iniciativa focada em ampliar, aprofundar e aumentar as ambições líquidas zero em todo o sistema financeiro e demonstrar os compromissos coletivos das empresas em apoiar empresas e países para alcançar as metas do Acordo de Paris, bem como em apoiar a colaboração nas etapas que as empresas precisam tomar para se alinharem com um futuro *net-zero*¹⁶. Atualmente, a rede conta com mais de 450 empresas financeiras como membros, em 45 países, responsáveis por ativos de mais de US\$ 130 trilhões (GFANZ, 2022). Especificamente dedicada a bancos, a Net-Zero Banking Alliance reúne bancos em todo o mundo, que representam mais de 40% dos ativos bancários globais, comprometidos em alinhar suas carteiras de empréstimos e investimentos com emissões líquidas zero até 2050. Bradesco e Itaú Financeira tornaram-se membros da Aliança em julho e outubro de 2021, respectivamente.

Cabe, por fim, mencionar a adesão do BCB à Rede para o “Esverdeamento” do Sistema Financeiro (NGFS, da sigla em inglês da Network for Greening the Financial System), em 2020, iniciativa criada em 2017 com o propósito de facilitar a troca de experiências sobre ações para mitigação de riscos climáticos, socioambientais e os impactos de eventos extremos na economia, assim como de mobilizar financiamento para apoiar a transição para uma economia sustentável¹⁷. Recentemente, o Banco Central tornou-se membro do Comitê Diretor da NGFS,

¹³ Fonte: [https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/ indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm)

¹⁴ A CDP é uma instituição sem fins lucrativos que administra o sistema de divulgação global para investidores, empresas, cidades, estados e regiões para gerenciar seus impactos ambientais. Fonte: <https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR&sl=en&tl=pt&text=not-for-profit%20charity%20that%20runs%20the%20global%20disclosure%20system%20for%20investors%2C%20companies%2C%20cities%2C%20states%20and%20regions%20to%20manage%20their%20environmental%20impacts%0A&op=translate>

¹⁵ Fonte: <https://www.gfanzero.com/>

¹⁶ Num contexto corporativo, a definição de trabalho net zero é geralmente aceita como um estado em que as atividades dentro da cadeia de valor de uma empresa resultam em nenhum impacto líquido sobre o clima em função das emissões de carbono.

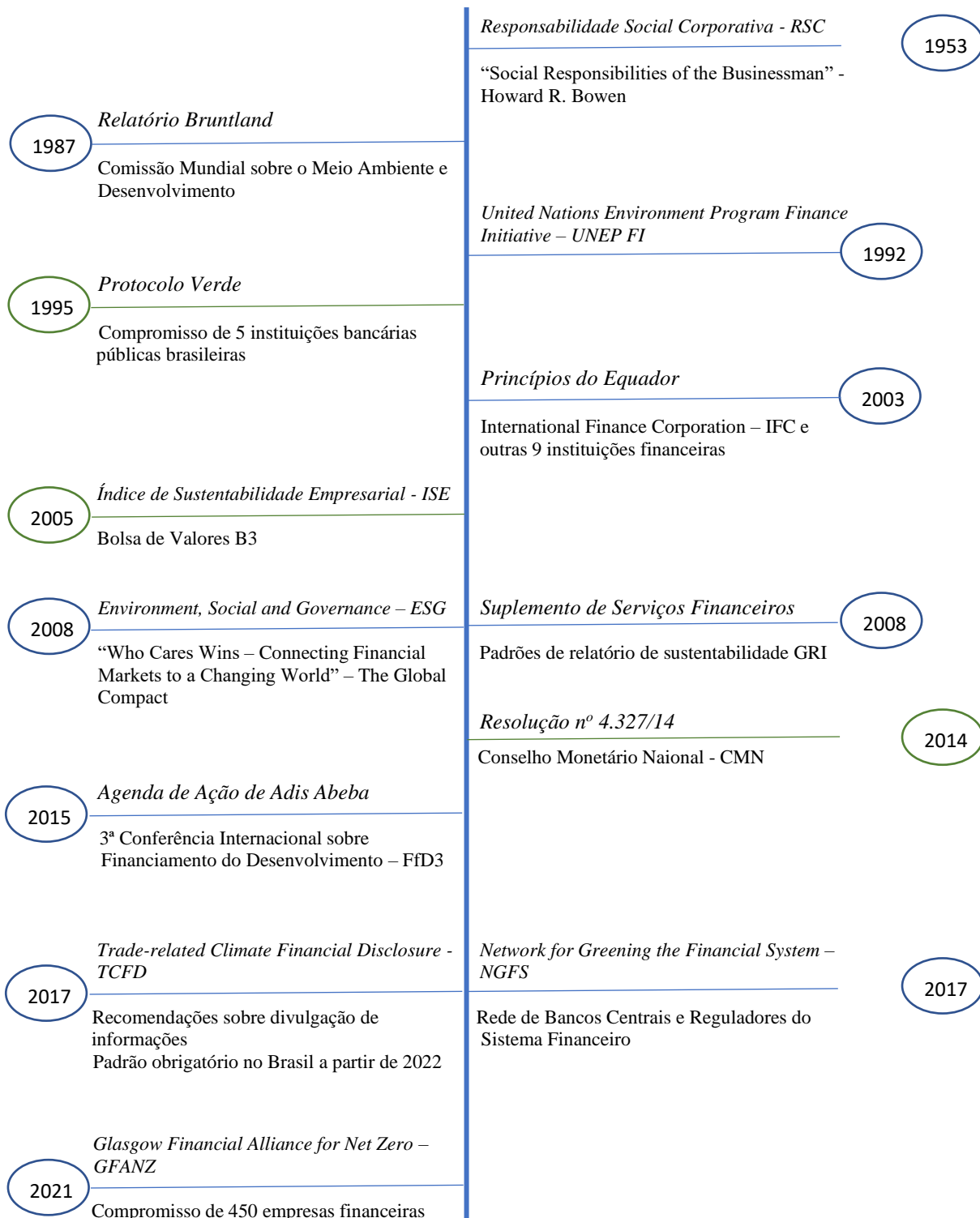
¹⁷ Fonte: <https://www.ngfs.net/en>

importante reconhecimento dos esforços do BCB na seara da sustentabilidade (Revista virtual MundoCoop, 2022).

2.2 Linha do tempo do marco referencial de Responsabilidade Social Corporativa

Apresenta-se, a seguir, uma linha do tempo com os marcos referenciados acima, para melhor visualizar o contexto histórico dos temas abordados neste estudo:

Diagrama 1 – Linha do tempo de marcos de referência sobre responsabilidade corporativa e finanças sustentáveis



Fonte: Elaborado pela autora

É possível verificar, pelas várias iniciativas criadas desde que o tema de Responsabilidade Social Corporativa começou a ser introduzido nas agendas das empresas e das instituições, que

muito se avançou na incorporação da preocupação com os impactos sociais e ambientais dos processos produtivos e das decisões de investimento. Recentemente, as evidências dos efeitos das mudanças climáticas emprestaram um sentido de urgência e estimulam governos, setor privado e a sociedade civil a adotar novas medidas para promover maior responsabilização e controle, principalmente com relação à transparência de informações relacionadas a riscos ambientais e climáticos de investimentos e financiamentos. Nesse sentido, as instituições financeiras, particularmente as públicas de desenvolvimento, são instadas a, não apenas avaliar com maior rigor os projetos a serem financiados em relação a potenciais impactos, como buscar alocar os recursos, muitas vezes escassos, em ações que tenham maior diferencial na promoção da sustentabilidade.

2.3 Histórico do BRDE em Sustentabilidade

Uma análise preliminar do histórico da inserção de questões de sustentabilidade em documentos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), particularmente os relatórios corporativos, revela a criação, em 2001, do Projeto BRDE Responsabilidade Socioambiental, com o objetivo de promover a participação dos funcionários em práticas éticas e sociais, de modo que as ações institucionais com impactos sociais positivos ganhariam impulso, fomentando um novo modelo de gestão no Banco (BRDE, 2015).

O BRDE publica Balanço Social desde 2002, sendo que as versões eletrônicas, a partir de 2006, estão disponíveis no sítio eletrônico do Banco¹⁸. Até 2011, os relatórios corporativos do Banco abordavam principalmente o desempenho operacional, econômico e financeiro da instituição, seguindo a normativa dada pela Resolução CMN nº 3.786/09, do Conselho Monetário Nacional, a qual dispunha sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) (BCB, 2009).

O Relatório da Administração 2011 se destaca, nesse contexto, por incluir pela primeira vez um capítulo sobre Responsabilidade Social, onde o BRDE declara diferenciar-se por ser uma instituição altamente qualificada que apoia e executa políticas públicas, que promovem o desenvolvimento econômico e social da sua região de atuação. Os aspectos econômico, social e ambiental estão sempre presentes nas análises desenvolvidas pelos técnicos do Banco para concessão de financiamento (BRDE, 2012).

¹⁸ Relatórios de Administração do BRDE disponíveis em <https://www.brde.com.br/documentos/>.

Em 2012, o BRDE publicou o relatório “Especial Sustentabilidade”, que constituiu, segundo afirma, o Balanço Social 2012, enfocando a mesma atitude operacional que consta no Relatório de Administração, porém sob um ponto de vista que estrutura ações e resultados segundo o conceito de desenvolvimento sustentável (BRDE, 2013).

Em 2013, além do Relatório Socioambiental, onde o Banco publica informações a respeito do desempenho do BRDE, especialmente no que tange às principais colaborações do Banco em termos de desenvolvimento econômico e social aos Estados Controladores e à sociedade em geral (BRDE, 2014), o Relatório de Administração passa a incluir um novo capítulo, sobre Responsabilidade Ambiental. Nele, o Banco relata o desenvolvimento do Programa BRDE Produção Mais Limpa, que visa a beneficiar projetos que atendam às necessidades de redução do impacto ambiental decorrente do processo produtivo e de consumo dos setores privado e público, em acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e legislações específicas. Com o Programa, a Instituição não apenas busca qualificar a informação aos agentes sobre as linhas existentes, auxiliando na escolha da melhor opção de financiamento em condições favorecidas (BRDE, 2014). O capítulo destaca a contratação de duas operações, uma de financiamento da instalação de um importante parque eólico e outra para a expansão de instalações industriais para produção de fertilizantes orgânicos, a partir da compostagem dos dejetos de aves, utilizados como matéria-prima.

O Relatório 2013 destaca a adesão do BRDE ao Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade – Objetivos do Milênio das Nações Unidas, assumindo compromissos com o cumprimento das metas, e o recebimento do título de entidade Embaixadora do ODM – 1 “Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome”, que tinha como metas reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza e reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome. Outro destaque é a adesão do BRDE ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa voluntária desenvolvida pela ONU com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para um compromisso mundial que complementa as práticas de responsabilidade socioambientais nos campos de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Contra a Corrupção.

No Relatório Socioambiental 2014 (BRDE, 2015), o Banco reporta que, em atendimento à Resolução CMN nº 4.327/2014, o BRDE concluiu e instituiu a sua Política de Responsabilidade Socioambiental, baseada nos seguintes princípios:

- a) a promoção do desenvolvimento em uma concepção integrada, que inclui as dimensões econômica, social e ambiental;
- b) o respeito aos direitos humanos, o combate e o repúdio a toda prática de atos que importem em qualquer tipo de discriminação ou violação de direitos;
- c) a ética e a transparência como pilares do relacionamento com todos os públicos, garantindo o diálogo e prestando contas sobre

suas decisões e atividades; e d) a conduta ativa e alinhada com as formas e políticas públicas brasileiras nas três esferas de poder, e a observância de normas internacionais de sustentabilidade (BRDE, 2014, p.1).

O Relatório ainda comunica que, com o intuito de implementar uma política de Responsabilidade Socioambiental com base em princípios técnicos, o Banco vinha adotando, ao longo dos três anos anteriores, metodologias que orientassem o planejamento e o desenvolvimento de ações afirmativas no âmbito da Responsabilidade Socioambiental. Nesse sentido, relata que, em 2013, o BRDE respondeu, pela primeira vez, ao questionário dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social (2ª Geração) e, em 2014, utilizou a metodologia do Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis (3ª Geração), lançado pelo Instituto Ethos com a finalidade de proporcionar uma nova abordagem de gestão das empresas, buscando maior integração com as diretrizes de relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), com a Norma de Responsabilidade Social ABNT NBR ISO 26000 e outras iniciativas (BRDE, 2015).

O Relatório Socioambiental 2015 trouxe destaques bastante relevantes, no que pode ser considerada uma inflexão da atuação do BRDE no que se refere às questões ESG e sustentabilidade: a Revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do BRDE e elaboração do Plano de Ação, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.327/2014; a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)¹⁹, programa do Ministério do Meio Ambiente cujo objetivo é promover e incentivar as instituições públicas no país a adotarem e implantarem voluntariamente ações na área de responsabilidade socioambiental em suas atividades internas e externas; e a criação do Programa BRDE PCS – Produção e Consumo Sustentáveis (BRDE, 2016).

Em função da Resolução CMN nº 4.327/2014, foram introduzidas importantes mudanças institucionais e de governança no BRDE. Pela Resolução BRDE nº 2.428/2016, a Superintendência de Planejamento passou a denominar-se Superintendência de Planejamento e Sustentabilidade, e foi criada a Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance; e pela Resolução BRDE nº 2.460/2016, foi criada a Coordenadoria de Responsabilidade Socioambiental, diretamente vinculada à Superintendência de Planejamento e Sustentabilidade.

Ponto interessante a mencionar é que, a partir de 2010, quando foi concluída a primeira fase do Planejamento Estratégico para o período de 2011 a 2015 (BRDE, 2011), até 2014, os Relatórios de Administração e Socioambiental apresentavam como Valores institucionais do

¹⁹ Fonte: <https://antigo.mma.gov.br/mma-em-numeros/a3p.html>

Banco: o Compromisso com o Desenvolvimento Regional; a Valorização do Conhecimento Técnico; a Autossustentabilidade; a Gestão Colegiada; e a Resiliência. No Relatório de Sustentabilidade 2015, o termo Autossustentabilidade foi substituído por Sustentabilidade, entretanto, a definição do Valor se manteve a mesma: perseguição da autogeração de valor econômico, financeiro e institucional de forma a preservar e ampliar nossa capacidade de atuação. (BRDE, 2016).

Os Relatórios Socioambientais continuaram a ser publicados pelo BRDE em separado dos Relatórios de Administração até que, em 2016, o Banco publica pela primeira vez seu Relatório de Administração e Socioambiental, elaborado de forma unificada e reunindo conteúdos de gestão administrativa e ações socioambientais, prática que continua sendo seguida até os dias de hoje. A partir do Relatório de 2016, o Banco passou a incluir entre seus Valores institucionais o “Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável da Região” e o “Apoio a iniciativas que visem à geração de emprego e renda, agregando benefícios econômicos, sociais e ambientais em sua região de atuação” (BRDE, 2017, p. 11).

2.4 Histórico do Programa BRDE PCS

Atendendo ao disposto na Resolução CMN nº 4.327/14, o BRDE implantou, em 2014, a sua Política de Responsabilidade Socioambiental, com a definição de um conjunto de princípios, diretrizes e estratégias para nortear as ações de natureza socioambiental da instituição nos negócios e na relação com as partes interessadas (BRDE, 2015).

A revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do BRDE e a elaboração do Plano de Ação representaram avanços importantes na gestão de 2015, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Como resultado desse processo, foram identificados os eixos principais de RSA, a serem trabalhados nas três agências do Banco: 1 - Implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P); 2 - Aprimoramento dos mecanismos de Gestão do Risco Socioambiental; e 3 - Estruturação de programa de financiamento a projetos de Produção e Consumo Sustentáveis (BRDE, 2016).

O estabelecimento dos eixos principais da PRSA do BRDE foi, segundo depoimentos de dirigentes e funcionários, objeto de ampla discussão, inclusive pelas diferentes interpretações da Resolução CMN no 4.327/14. Embora a Resolução tenha estabelecido que a “PRSA deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas” (BCB, 2014, Art. 2º), os principais focos da orientação do texto eram relacionados ao gerenciamento do risco socioambiental e à

Estrutura de governança compatível com o seu porte, a natureza do seu negócio, a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da PRSA. (BCB, 2014, Art. 3º)

No entendimento de parte dos dirigentes e funcionários, entretanto, o qual prevaleceu no estabelecimento da PRSA do BRDE, o “mandato” da Resolução cobriria tanto o gerenciamento do impacto direto da instituição sobre o meio ambiente e as pessoas - Eixo 1, como o gerenciamento da “possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais” (BCB, 2014, Art. 4º) - Eixo 2, mas deveria estender-se à estruturação de um programa de financiamento a projetos de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS) (BRDE, 2015), no que se constituiu o Eixo 3 do Plano de Ação da PRSA do Banco.

2.4.1 Produção e Consumo Sustentáveis - PCS

Cabe aqui discorrer sobre o termo produção e consumo sustentáveis - PCS, utilizado pelo Banco na designação do Programa BRDE PCS. Foi em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, que PCS foi percebido como um tema abrangente para vincular os desafios ambientais e de desenvolvimento (PNUMA, 2009). O relatório final da conferência, a Agenda 21, afirma que “a principal causa da contínua deterioração do meio ambiente global é o padrão insustentável de consumo e produção, particularmente nos países industrializados, que é motivo de grande preocupação, agravando a pobreza e os desequilíbrios” (Cap. 4). O tema continuou a ser discutido e o termo utilizado (Declaração de Oslo²⁰, 1995), mas foi na Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e no Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10, Joanesburgo, 2002) que o termo entrou definitivamente na agenda internacional de desenvolvimento sustentável:

11. Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção e a proteção e gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são objetivos abrangentes e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável. (Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, 2002)

Esse reconhecimento foi reafirmado com a convergência dos Chefes de Estado e de Governo para inclusão, no documento final da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável “O Futuro Que Queremos” (Rio+20, Rio de Janeiro, 2012), de um mandato claro

²⁰ Conferência de Oslo sobre Produção e Consumo Sustentáveis, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente da Noruega, entre 6 a 10 de fevereiro de 1995.

sobre a necessidade da adoção de mudanças fundamentais nos padrões de produção e consumo como indispensáveis para alcançar o desenvolvimento sustentável de longo prazo:

226. Adotamos o quadro de 10 anos de programas sobre padrões sustentáveis de consumo e produção, conforme contido no documento A/CONF.216/5, e destacamos que os programas incluídos no quadro de 10 anos são voluntários. Convidamos a Assembleia Geral, em sua sexagésima sétima sessão, a designar um órgão do Estado Membro para tomar todas as medidas necessárias para operacionalizar plenamente o quadro. (O Futuro Que Queremos, 2012)

No seguimento, foi estabelecido o Processo de Marrakech²¹, plataforma multi-*stakeholders* responsável pelo desenvolvimento do 10YFP, como é conhecido o Quadro Decenal de Programas. Como resultado das consultas, foros e forças-tarefa estabelecidos sob esse Processo, foi elaborado o Quadro Decenal, com seis programas: Compras Públicas Sustentáveis, Informação ao Consumidor para PCS, Turismo Sustentável, Estilos de Vida e Educação Sustentáveis, Edifícios e Construção Sustentáveis, e Sistemas Alimentares Sustentáveis (PNUMA, 2022)²².

No Brasil, o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em novembro de 2011, pretendia ser o documento "vertebrador" das ações, tanto de governo como do setor produtivo e da sociedade em geral, que direcionam o Brasil para padrões mais sustentáveis de produção e consumo (MMA, 2011). Em seu primeiro ciclo, de 2011 a 2014, o PPCS teve seus esforços focados em seis áreas principais: Educação para o Consumo Sustentável; Varejo e Consumo Sustentável; Aumento da Reciclagem; Compras Públicas Sustentáveis; Construções Sustentáveis; e Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. Em 2015, foi elaborado o documento de Estratégia de Implementação do 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, contendo 10 eixos temáticos: Compras Públicas Sustentáveis; Finanças Sustentáveis; Indústria Sustentável; Construção Sustentável; Varejo Sustentável; Agricultura Sustentável; Consumo Sustentável; Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; Gestão de Resíduos Sólidos – Aumento da Reciclagem; e Relatos de Sustentabilidade. Na Estratégia, o eixo de Finanças Sustentáveis ressalta que

As empresas do setor financeiro são responsáveis pela gestão dos recursos que movimentam toda a economia e, como tal, podem contribuir de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável. A consciência sobre esse papel tem feito com que as finanças sustentáveis ganhem cada vez mais importância no Brasil e no mundo. (MMA, 2015, p.65).

Finalmente, a Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável, plano de ação global adotado em setembro de 2015 por 193 Estados Membros da ONU (UN General Assembly

²¹ https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/947Paving_the_way_final.pdf

²² Fonte: <https://www.unep.org/explore-topics/resource-efficiency/what-we-do/one-planet-network/%2010yfp-10-year-framework-programmes>

Resolution 70/1), incluiu entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de ação global para alcance até 2030 o ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis. Composto por onze metas, o ODS 12 abarca questões como gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, desperdício de alimentos, manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, e o incentivo às empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis.

2.4.2 Origem e evolução do Programa BRDE PCS

A Resolução nº 2.411, adotada pela Diretoria do BRDE em 21 de junho de 2015, referendada pela Resolução nº 2.414 do Conselho de Administração do Banco, aprovou o Plano de Ação da Política de Responsabilidade Socioambiental, definindo as ações requeridas para a adequação da estrutura organizacional e operacional da instituição, bem como as rotinas e os procedimentos a serem executados em conformidade com as diretrizes da PRSA, como determinado pela Resolução CMN nº 4.327/14 (BRDE, 2014).

Seguindo os três eixos principais definidos, o Plano de Ação definiu o planejamento das ações, conforme a seguir:

Eixo 1. Implantação da Agenda Ambiental do Setor Público (A3P): a partir das orientações do MMA, o PRSA deve implementar os passos definidos para a implementação do Programa, quais sejam: (1) criar a Comissão da A3P; (2) realizar um diagnóstico da instituição; (3) desenvolver projetos e atividades; (4) promover a mobilização e sensibilização; e (5) realizar a avaliação e o monitoramento das ações.

A Resolução identifica como propostas preliminares de programas para o Eixo 1:

1. Programa do Uso Racional dos Recursos
2. Programa de Gestão de Resíduos
3. Programa de Acessibilidade
4. Programa de Compras Sustentáveis
5. Programa de Divulgação de Boas Práticas Socioambientais junto às Comunidades Interna e Externa

Eixo 2. Aprimorar os mecanismos de gestão do risco socioambiental: para o aperfeiçoamento dos procedimentos já adotados pelo BRDE para a gestão do risco socioambiental, a Resolução prevê dois programas:

6. Programa para adoção de Critérios Socioambientais na análise de crédito e atribuição do Nível de Risco das operações
7. Programa para acompanhamento e gestão dos aspectos socioambientais da Carteira de Créditos.

Eixo 3. Estruturação de um programa de financiamento a projetos de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS): com o objetivo de promover o melhor aproveitamento das linhas de crédito existentes e buscar o desenvolvimento de novos produtos voltados ao apoio creditício para projetos de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS), ficou estabelecido o programa:

8. Programa de Financiamento a Projetos de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS).

(Elaborado pela autora com base na Resolução DIREC/BRDE nº 2.411/2015, 2015)

O Anexo da Resolução DIREC nº 2.411/15 definiu os 8 programas, estabelecidos em cada Eixo, detalhando seus objetivos específicos, responsáveis pela execução e acompanhamento e cronograma de implantação. O Programa 8 é definido da seguinte forma:

8. Programa de Financiamento a Projetos de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS)

O objetivo deste Programa é buscar o desenvolvimento de novos produtos voltados para o apoio creditício à sustentabilidade.

Objetivos específicos:

- a. Realizar levantamento de produtos e oportunidades relacionados com ações voltadas para a sustentabilidade socioambiental, buscando determinar a conveniência e possibilidade de atuação com esses produtos;
- b. Submeter às alçadas decisórias os levantamentos realizados para avaliação e, eventualmente, estabelecer novos produtos.

Responsáveis:

Execução:

Superintendência de Crédito e Controle (SUCEC)

Superintendência de Planejamento (SUPLA)

Acompanhamento:

SUPLA/DERIS – Departamento de Risco

Cronograma:

Os levantamentos deverão ser realizados até o final de 2015 e serão sujeitos à atualização anual ou excepcionalmente em prazo inferior.

(Resolução DIREC/BRDE nº 2.411/2015, 2015, p. 19)

Conforme publicado no Relatório de Administração e Socioambiental 2016, o Programa BRDE PCS – Produção e Consumo Sustentáveis foi criado pela Resolução nº 2.426/2015, com o objetivo de estimular projetos com potencial positivo para a sustentabilidade socioambiental. Trata-se de um compromisso com a qualidade de vida no presente e no futuro, numa consolidação de práticas institucionais já adotadas pelo Banco, interna e externamente. O BRDE PCS viabiliza empreendimentos nas áreas do agronegócio, indústria, comércio e serviços e está estruturado em cinco subprogramas integrados:

- 1 - Energias Limpas e Renováveis: projetos de geração de energia que utilizem fontes renováveis como a eólica, a solar e pequenas centrais hidroelétricas, bem como projetos de eficiência energética;
- 2 - Uso Racional e Eficiente da Água: projetos que estimulam o uso racional e eficiente da água no agronegócio, na indústria, no comércio e em serviços, tais como projetos para melhoria da eficiência na utilização da água em atividades de produção agropecuária; recuperação de condições para geração e armazenamento de recursos hídricos; e implantação e aprimoramento de processos industriais para redução, otimização e reuso de recursos hídricos.;
- 3 - Gestão de Resíduos e Reciclagem: no agronegócio, na indústria, no comércio e em serviços, podendo ser apoiados projetos para reduzir a utilização de materiais em processos industriais e comerciais; investimentos para reciclagem de resíduos; e tratamento de resíduos sólidos, efluentes e emissões atmosféricas para sua adequada destinação;
- 4 - Agronegócio Sustentável: projetos que promovam as melhores práticas de sustentabilidade no agronegócio, com o objetivo de reduzir impactos ambientais, tais

como projetos relativos à Agricultura de Baixo Carbono²³: tratamento e aproveitamento de dejetos, incluindo aproveitamento para geração de energia e compostagem; recuperação de pastagens degradadas; implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta e de sistemas agroflorestais; regularização ou adequação das propriedades rurais à legislação ambiental, inclusive recuperação da reserva legal, de áreas de preservação permanente, recuperação de áreas degradadas e implantação e melhoramento de planos de manejo florestal sustentável.; e

- 5 - Cidades Sustentáveis: projetos que tornem grandes cidades e pequenos municípios em comunidades sustentáveis, para melhorias e investimentos na qualidade de vida da população, seja ela urbana ou rural, nas áreas de iluminação pública, tratamento de resíduos urbanos e saneamento.

(Adaptado pela autora do Relatório de Administração e Socioambiental 2016, 2017, p. 45-48)

A análise dos Relatórios de Administração do BRDE entre 2010 a 2015 permite verificar que, no item Desempenho Operacional, as Contratações do Banco são apresentadas por Setor de Atividade, divididas em: Agropecuária; Indústria; Infraestrutura; e Comércio e Serviços. Já a Carteira de Investimentos é distribuída por Setor e Gênero/Ramo de Atividade, sendo, além do setor da Agropecuária, 20 gêneros/ramos no setor Indústria; 4 em Infraestrutura; e 13 em Comércio e Serviços. Os Relatórios Socioambientais no período não seguem um padrão na apresentação das informações, mas incluem dados sobre o desempenho do Banco em programas ou projetos com repercussões socioeconômicas relevantes, apresentando exemplos de operações em áreas como energias renováveis, agricultura sustentável e outros.

A partir do Relatório de Administração e Socioambiental 2016, o item Destaques Operacionais passa a apresentar uma tabela com o desempenho operacional e financeiro por Programas de Desenvolvimento, onde o BRDE PCS se destaca como o primeiro lugar entre os programas do Banco em 2016 e todos os anos seguintes, até o último relatório divulgado, de 2020. Nos Relatórios de 2017 até 2020, o Subprograma “Energias Limpas e Renováveis” do BRDE PCS passa a apresentar em separado os itens “Geração e Transmissão” e “Eficiência Energética”. Já no Relatório 2020, aparece a inclusão de um novo Subprograma, de “Cidades Sustentáveis”.

Os Relatórios de Administração e Socioambiental de 2016 a 2020 demonstram que o Programa BRDE PCS não apenas mostrou um bom desempenho desde sua criação, como foi o

²³ "Programa ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)": linha de crédito instituída pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 e aprovada pela Resolução BACEN nº 3.896, de 17/08/10, que disponibilizou na época o montante de R\$ 2 bilhões para financiar práticas adequadas, tecnologias adaptadas e sistemas produtivos eficientes que contribuam para a mitigação da emissão dos gases de efeito estufa. Fonte: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-de-baixo-carbono/sobre-o-tema>.

primeiro em desempenho operacional e financeiro em todos os anos, como pode ser visto abaixo.

Quadro 1 - Desempenho operacional e financeiro dos principais Programas de Desenvolvimento do BRDE no período de 2016 a 2020

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO	Jan-Dez 2016 (R\$ mil)	Jan-Dez 2017 (R\$ mil)	Jan-Dez 2018 (R\$ mil)	Jan-Dez 2019 (R\$ mil)	Jan-Dez 2020 (R\$ mil)
BRDE/PCS	285.680	482.035	343.934	568.119	586.385
BRDE/PCS/ENERGIA-ENERGIAS LIMPAS E RENOVÁVEIS	246.733	413.400	266.150	421.348	288.071
BRDE/PCS – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	24.319	34.517	41.783	47.401	90.489
BRDE/PCS USO RACIONAL DA ÁGUA	9.442	13.200	25.108	4.113	16.051
BRDE/PCS/ENERGIA-EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4.567	15.359	7.083	73.679	94.226
BRDE/PCS RESÍDUOS E RECICLAGEM	619	1.191	3.300	21.578	19.583
BRDE/PCS INDÚSTRIA E COMÉRCIO SUSTENTÁVEIS	-	4.368	510	-	1.089
BRDE/PCS CIDADES SUSTENTÁVEIS	-	-	-	-	76.856
BRDE/MUNICÍPIOS	145.414	27.042	265.618	153.099	261.880
BRDE/INOVA	103.692	83.834	187.249	215.835	88.664
BRDE/MICROFINANÇAS	40.000	-	-	-	-
BRDE DESENVOLVE SUL	-	1.000	109.687	337.045	-
BRDE RECUPERA SUL	-	-	-	-	518.866

Fonte: elaborado pela autora com base nos Relatórios de Administração e Socioambientais do BRDE 2016 a 2020.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O embasamento teórico da pesquisa fundamenta-se nos conceitos de desenvolvimento sustentável, papel dos bancos de desenvolvimento e responsabilidade socioambiental nas instituições financeiras.

3.1 Desenvolvimento Sustentável

Apesar de amplamente difundido, enquanto conceito acadêmico, político e operacional, as definições de desenvolvimento são muitas, podendo até parecer menos claras hoje do que anos atrás, dada a multiplicidade de concepções e ideologias que as embasam (FERREIRA; RAPOSO, 2017). Desde o início, a questão do desenvolvimento encontra-se fortemente ligada ao projeto da “modernidade ocidental” e passou, segundo as autoras, pela promoção do desenvolvimento através do impulso ao crescimento econômico; uma segunda geração, marcada pela afirmação da microeconomia e da “mão invisível” do mercado, orientada agora para a industrialização induzida por exportações; até a terceira geração de políticas, impulsionada por preocupações com as estruturas institucionais, que se supunha terem um impacto mais direto na performance econômica.

As críticas às metodologias de intervenção, as quais se revelavam inapropriadas, ineficientes e ineficazes, levaram à busca de novas soluções. Uma crítica fundamental tem sua origem na tomada de consciência dos “limites ao crescimento”, reconhecida e divulgada pelo Clube de Roma (1972), no mesmo ano em que a ONU organizara a Conferência de Estocolmo, na qual promulgara diversos princípios normativos, que visavam a harmonizar os objetivos do desenvolvimento econômico com os da sustentabilidade ambiental (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Romeiro (2012) remete o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, com o nome de ecodesenvolvimento, aos anos 1970, fruto do esforço para encontrar uma terceira via opcional àquelas que opunham, de um lado, desenvolvimentistas e, de outro, defensores do crescimento zero. “Para estes últimos, chamados de “zeristas” ou (pejorativamente) “neomalthusianos”, os limites ambientais levariam a catástrofes se o crescimento econômico não cessasse” (ROMEIRO, 2012, p. 68).

O Relatório Brundtland (1987), elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), refere o conceito de desenvolvimento sustentável

ao equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. De modo análogo aos ecodesenvolvimentistas, os autores do relatório consideram que o risco ambiental do crescimento econômico deveria ser levado a sério e, a partir daí, “a expressão “desenvolvimento sustentável” veio substituir quase que completamente a de “ecodesenvolvimento”, embora exprima o mesmo conceito normativo” (ROMEIRO, 2012, p. 70).

No Relatório Bruntland (1987), o termo desenvolvimento sustentável contém em si dois conceitos-chave: o conceito de 'necessidades', em particular as necessidades essenciais dos pobres do mundo, às quais deve ser dada prioridade absoluta; e a ideia das limitações impostas pelo estado da tecnologia e da organização social à capacidade do meio ambiente de atender às necessidades presentes e futuras.

Romeiro (2012) afirma que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado com um conjunto de políticas capazes de, simultaneamente, garantir o aumento da renda nacional, o acesso a direitos sociais básicos (segurança econômica, acesso a saúde e educação) e a redução do impacto do aumento da produção e do consumo sobre o meio ambiente.

A partir da análise inicial das condições históricas da formulação e da evolução do conceito, de suas origens como ecodesenvolvimento, nos anos 1970, até sua nova apresentação como economia verde, Romeiro (2012) oferece uma definição de desenvolvimento sustentável de uma perspectiva econômico-ecológica:

Em síntese, do ponto de vista da economia ecológica desenvolvimento sustentável deveria ser entendido como um processo de melhoria do bem-estar humano com base numa produção material/energética que garanta o conforto que se considere adequado e esteja estabilizada num nível compatível com os limites termodinâmicos do planeta. Implica, portanto, um Estado Estacionário onde o crescimento do consumo como fator de emulação social cede lugar ao crescimento cultural, psicológico e espiritual. Um processo de desenvolvimento como liberdade, tal como o define Sen (1999), de melhora permanente das condições necessárias para a realização plena da capacidade que as pessoas têm de florescer. (Ibid., p. 84-85).

Para Comini et al (2011), existe um consenso de que, “tanto do ponto de vista ético como pragmático, o desenvolvimento sustentável representa a única saída para conciliar produção de riqueza e o bem-estar para a sociedade sem comprometer a sobrevivência do planeta e da espécie humana” (p. 4).

Já para outros autores, como Hickel (2020), como não há evidências históricas de “dissociação absoluta de longo prazo do Produto Interno Bruto (PIB) do uso de recursos”, cientistas e economistas ecológicos advogam por uma mudança para estratégias de "pós-crescimento" e "decrescimento", no que constituiria em uma “redução planejada da produção de energia e recursos, projetada para trazer a economia de volta ao equilíbrio” (p. 1).

Segundo o autor, o decrescimento representaria uma visão mais humilde - ou mais realista - de um futuro sustentável.

Zanten e Tulder (2021) ressaltam que, embora as atividades econômicas possam contribuir para objetivos socioeconômicos, elas estão normalmente vinculadas a degradação ambiental e a impactos negativos à saúde. Mais especificamente, as atividades econômicas podem promover a industrialização, infraestrutura e inovação, produtividade econômica, habitação e transporte, produção e distribuição de alimentos, geração e distribuição de energia, entre outros, mas as externalidades negativas são significativas e afetam o meio ambiente, bem como a saúde das pessoas. Consequentemente, os impactos das atividades econômicas no desenvolvimento devem ser gerenciados de uma maneira integrada, que promova os cobenefícios das atividades econômicas no desenvolvimento, porém mitigando as externalidades.

Já para Layargues (1997), ao contrário do que ocorreu na origem do ambientalismo, o “objeto de escolha do pensamento ecológico atualmente não se situa mais entre desenvolvimento ou proteção do meio ambiente” (p. 5). O importante seria escolher entre que tipo de desenvolvimento se deseja implementar no futuro, uma vez que, com a criação das tecnologias limpas – a nova vantagem competitiva no mercado –, desenvolvimento e meio ambiente deixaram de ser considerados como antagônicas, passando a ser complementares.

Mais recentemente, a pandemia da COVID 19 e as mudanças climáticas evidenciaram a interdependência entre as pessoas, o planeta e a economia (PANGESTU; SAMIR, 2022). Todas as atividades econômicas dependem de serviços ecossistêmicos, portanto, esgotar os ativos naturais que criam esses serviços acaba por piorar o desempenho econômico. Para esses autores, a solução é adotar uma abordagem denominada desenvolvimento verde, resiliente e inclusivo, que alie o crescimento econômico com objetivos de longo prazo de inclusão social, redução da pobreza e aumento da resiliência a crises econômicas, ambientais, de saúde e outras. Essa abordagem define um caminho de recuperação que mantém uma linha de visão para as metas de desenvolvimento de longo prazo; reconhece as interconexões entre as pessoas, o planeta e a economia; e aborda os riscos de forma integrada.

3.2 O papel dos bancos de desenvolvimento

Não há dúvida de que as instituições financeiras comerciais fazem parte do ambiente institucional necessário para a mobilização de recursos para a economia. No entanto, a

contribuição potencial dessas instituições é limitada por falhas generalizadas do mercado financeiro e por seus padrões pró-cíclicos de empréstimos e foco na lucratividade de curto prazo em vez do bem-estar social de longo prazo. Os bancos nacionais de desenvolvimento (NDBs, da sigla em inglês *national development banks*) de propriedade parcial ou total do Estado podem oferecer uma alternativa (UNCTAD, 2005).

Para Ferraz, Além e Madeira (2013), entretanto, a importância dos bancos de desenvolvimento (BD) vai muito além da questão de “falha de mercado”, para corrigir as deficiências de sistemas financeiros incompletos. Em razão da incerteza quanto ao futuro de setores ou projetos que demandam recursos, mesmo que o sistema financeiro seja plenamente desenvolvido, os bancos nem sempre oferecem crédito para esses investimentos. A existência dos BD justifica-se, para os autores, pela existência de setores e projetos de investimento que requerem financiamento, mas que inspiram alta incerteza quanto a seu sucesso futuro e, por isso, são preteridos pelo sistema financeiro privado, que privilegia setores e projetos de investimentos com resultados considerados mais seguros. São setores/projetos altamente complexos e comumente caros, que exigem expertise sofisticada para avaliação, mas que podem gerar efeitos positivos na economia (externalidades positivas) e/ou nos quais prevalecem os retornos sociais sobre os retornos privados. Dentre os que inspiram maior incerteza, os autores destacam a infraestrutura; a inovação tecnológica; o apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME); microcrédito; e projetos econômicos ambientalmente e socialmente responsáveis – como o desenvolvimento de fontes alternativas de energia e outras iniciativas da “economia verde”²⁴.

Nogueira da Costa (2015) ressalta a funcionalidade ‘desenvolvimentista’ dos bancos públicos, tendo em vista seu papel ativo (não neutro) no direcionamento de recursos para fins qualificados como prioritários pela política pública. Esses fins sociais e econômicos dos bancos públicos, com atuação anticíclica, com vistas a manter a oferta de crédito e ajudando a sustentar a demanda agregada em períodos de retração dos bancos privados, os diferenciam daqueles que se regem por critérios da rentabilidade privada (NOGUEIRA DA COSTA, 2015).

²⁴ Para o PNUMA, economia verde é definida como de baixo carbono, eficiente em termos de recursos e socialmente inclusiva. Em uma economia verde, o crescimento do emprego e da renda é impulsionado pelo investimento público e privado em atividades econômicas, infraestrutura e ativos que permitem a redução das emissões de carbono e poluição, maior eficiência energética e de recursos, e prevenção da perda de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Fonte: <https://www.unep.org/regions/asia-and-pacific/regional-initiatives/supporting-resource-efficiency/green-economy>

Apesar da importância do desempenho financeiro para a manutenção de sua atuação, Ferraz, Além e Madeira (2013) ressaltam que um “BD não deve ter o lucro financeiro como medida de seus resultados, sendo a maximização do bem-estar social e o desenvolvimento econômico os objetivos primordiais dos BD”. Os autores completam, afirmando que,

Longe de “seres” exóticos de economias insuficientemente desenvolvidas, os BD são instrumentos públicos fundamentais e parceiros do sistema privado de financiamento, engrenagens fundamentais de um sistema financeiro que busque uma economia sustentável e dinâmica perante os desafios que se impõem a cada país. (FERRAZ; ALÉM; MADEIRA, 2013, p. 37).

A presença de bancos públicos no financiamento do desenvolvimento não é casual. O desenvolvimento econômico envolve investimentos muitas vezes marcados por grandes incertezas e elevados custos, investimentos esses que as pessoas físicas ou instituições financeiras tendem a evitar, pela incerteza ou longo prazo de retorno ou por rejeição ao risco envolvido. Para Hermann (2010), essa combinação de coisas faz com que o financiamento do desenvolvimento econômico seja uma tarefa difícil e cara, o que contribui para tornar o mercado financeiro, sistematicamente, “incompleto” no que tange às necessidades de financiamento do desenvolvimento.

Segundo indica Hermann (2010), a “incompletude do mercado aponta como papel essencial de um banco público a provisão de crédito aos setores desassistidos e estratégicos para o desenvolvimento, sob condições viáveis, isto é, não inibidoras do investimento” (p. 11). Para tanto, os bancos públicos devem ser capazes de prover linhas de financiamento de forma regular e em condições adequadas, mesmo sem ser subsidiadas, em relação àquelas que seriam oferecidas pelas instituições privadas, caso entrassem nesse mercado. Isto é possível porque um banco público, no modelo ideal, não estabelece suas condições com base em metas de lucro, mas sim de equilíbrio financeiro entre receita e despesa. Além disso, “o banco público pode ter como parte de sua “missão” a função de assumir alguns tipos de riscos rejeitados pelas instituições privadas” (Ibid. p. 11).

Para Olaf Weber (2019), a relação entre o setor financeiro e o desenvolvimento sustentável é ambivalente. Se, de um lado, o setor financeiro apoia o desenvolvimento sustentável por meio de empréstimos e investimentos, também foi a causa de uma crise financeira, com enormes impactos nos níveis nacional e global. Ao evitar empresas insustentáveis, do ponto de vista do risco, e investindo apenas em empresas e projetos sustentáveis, as instituições financeiras se tornam “veículos” da promoção do desenvolvimento sustentável.

“Além do controle direto exercido sobre o sistema financeiro, especialmente por meio da propriedade estatal de bancos, o Estado pode intervir no mercado de crédito utilizando diferentes mecanismos de direcionamento” (BARROS; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 10). O direcionamento de crédito, segundo os autores, pode ser compreendido como um instrumento de política pública para direcionar recursos financeiros para setores e atividades de interesse, com taxas diferenciadas. Programas de direcionamento de crédito são conduzidos com diferentes formatos e objetivos em muitos países, desenvolvidos ou em desenvolvimento. Barros, Silva e Oliveira (2018) afirmam que, no Brasil, o direcionamento de crédito é “um dos mecanismos principais de presença do Estado no sistema financeiro”, juntamente com políticas voltadas “à regulação prudencial (Regras de Basileia e órgãos diretivos internacionais), encaixe obrigatório e depósitos compulsórios, e garantias de depósitos” (p. 11).

Torres (2006) relata que, em todo o mundo, “o Estado direciona o crédito – bancário ou não-bancário – segundo prioridades políticas, até mesmo com a mobilização de poupança fiscal ou parafiscal” (p. 37). O autor chama a atenção que não é razoável ou desejável imaginar um mercado de crédito sem qualquer forma de direcionamento. Em todo o mundo, o direcionamento do crédito é um instrumento utilizado pelos Estados nacionais para atingirem seus objetivos de política econômica e social. “Os mecanismos utilizados para tanto variam em cada país conforme a história, a amplitude e a profundidade dos sistemas nacionais de crédito” (Ibid. p. 48).

3.3 Responsabilidade socioambiental nas instituições financeiras

O conceito de responsabilidade social corporativa (RSC) tem uma longa e variada história. É possível traçar evidências da preocupação do empresariado com a sociedade ao longo de séculos. A escrita formal sobre responsabilidade social, no entanto, é em grande parte um produto do século 20, especialmente dos últimos 50 anos (CARROLL, 1999).

Carroll (1999) apresenta como principais referências históricas do conceito de RSC e seus termos antecedentes, ressaltando a publicação seminal de Howard Bowen (1953) “Social Responsibilities of the Businessman”: nos anos 60, são citados Davis, Frederick, McGuire e Walton; nos anos 70, o autor indica Johnson, o Comitê de Desenvolvimento Econômico (CED, da sigla em inglês de Committee for Economic Development), Davis, Steiner, Eells e Walton, Sethi, Preston e Post, e o próprio Carroll; nos anos 80, os trabalhos de Jones, Drucker, Wartick e Cochran, e Epstein têm suas contribuições destacadas; e

finalmente, na década de 1990, o conceito de RSC teria, de acordo com o autor, mudado significativamente para temas alternativos, como teoria dos *stakeholders*, teoria da ética empresarial, desempenho social corporativo (CSP, da sigla em inglês *corporate social performance*) e cidadania corporativa.

Em trabalho recente, Carroll (2018) apresenta o conceito de responsabilidade social corporativa (RSC) como aquele que se refere à “crença geral de que as empresas modernas têm uma responsabilidade para com a sociedade que se estende além dos acionistas ou investidores da empresa” (p. 2). As empresas normalmente pensam em sua responsabilidade para com os proprietários. Mas, segundo o autor, o conceito de RSC também estende essa responsabilidade a outras partes interessadas da sociedade, que incluem consumidores, funcionários, comunidade em geral, governo e meio ambiente.

Carroll (2018) complementa, relacionando o conceito de desempenho social corporativo (CSP, da sigla em inglês *corporate social performance*), como uma extensão do conceito de RSC, que se concentra nos resultados reais alcançados, em vez da noção geral de prestação de contas ou responsabilidade das empresas para com a sociedade. Assim, para o autor, a CSP seria uma consequência natural ou uma continuação da RSC.

Inicialmente, a proteção do meio ambiente foi interpretada como um ônus, um aumento nos custos do negócio. Com o passar do tempo, as empresas, no entanto, começaram a ver uma relação positiva entre meio ambiente e economia, e começaram a se abrir para a ideia de preocupação ambiental (JEUCKEN, 2001).

Para Braga (2014), trata-se de tema “concreto e tangível, distanciando-se o seu objeto de análise das visões de uma militância socioambiental estéril” (p. 1). São, em verdade, questões de alta relevância e repercussão econômica, o que pode ser evidenciado pelas consequências de fatores ambientais, como as mudanças climáticas e as crises hídricas. Não é mais possível tratarem-se as questões socioambientais como externalidades em relação à economia tradicional de produção e consumo. Nesse sentido, “como é fundamental a função do crédito neste tradicional modelo econômico, nada mais natural do que a afetação das instituições financeiras, como gestores da atividade creditícia” (Ibid., p. 2).

Apesar da percepção de o setor bancário ser um setor com baixo impacto ambiental e do fato de que a preocupação com os aspectos ambientais ser equiparada à “intromissão nos assuntos de suas relações comerciais” (JEUCKEN, 2001, p. 2), Braga (2014) relata que a inserção do tema socioambiental na agenda de preocupações das instituições financeiras teve início em caráter de autorregulação, em junho de 2003, com a instituição, por iniciativa

da International Finance Corporation (IFC) – entidade do Grupo Banco Mundial –, de um corpo de princípios que viriam a ser adotados por instituições financeiras no âmbito internacional, sob a denominação de Princípios do Equador (PE).

Os bancos que aderem a esses Princípios comprometem-se a classificar o risco socioambiental dos projetos financiados com o uso de critérios para avaliar questões que envolvem direitos trabalhistas e de povos indígenas, conservação da biodiversidade, resíduos e emissões, assim como proporcionando a realização de consultas às populações afetadas, entre outras iniciativas (INFANTE et al., 2010).

Embora, segundo Nogueira, Zuchi e Imbroisi (2015), o sistema bancário brasileiro tenha acompanhado a relativa distância todos esses desdobramentos, Lins e Wajnberg (2010) citam que o Brasil ocupa posição de destaque nos Princípios do Equador, já que seis dos dez maiores bancos do Brasil são signatários, diferenciando-o entre os países emergentes como um dos líderes em número de bancos participantes. No entanto, ressaltam que os bancos brasileiros signatários ainda apresentam pequena participação de financiamentos da modalidade de *project finance* em suas carteiras de crédito e ainda estão aperfeiçoando suas práticas de reporte de informações relacionadas à aplicação dos Princípios.

Os Princípios do Equador são atualizados periodicamente para se basear na experiência de implementação e no aprendizado contínuo das instituições financeiras signatárias e das partes interessadas mais amplas, bem como para refletir as mudanças no ambiente operacional em evolução e as boas práticas emergentes²⁵.

Entretanto, relatório recentemente publicado explora como os Princípios do Equador, a principal ferramenta internacional do setor bancário para gerenciar riscos ambientais e sociais em grandes financiamentos de infraestrutura, estão falhando em lidar com a crise climática e ameaçando os objetivos do Acordo de Paris (2015)²⁶, permitindo o financiamento contínuo de grandes projetos de carvão, petróleo e gás (Banktrack, 2021). O relatório expõe a extensão do financiamento direcionado à indústria de combustíveis fósseis pelas Instituições Financeiras dos Princípios do Equador (EPFIs, ou bancos do Equador) desde 2016, o primeiro ano completo após a assinatura do Acordo de Paris e, em particular, a extensão desse financiamento que teve lugar no âmbito dos próprios PE. Além disso, explora

²⁵ Fonte: Equator Principles <<https://equator-principles.com/about-the-equator-principles/>>

²⁶ O Acordo de Paris é um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), que rege medidas de redução de emissão de gases estufa a partir de 2020, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 2 °C, preferencialmente em 1,5 °C, e reforçar a capacidade dos países de responder ao desafio, num contexto de desenvolvimento sustentável. O acordo foi negociado em Paris durante a (Conferência das Partes (COP21) da Convenção e aprovado em 12 de dezembro de 2015.

os projetos de combustíveis fósseis atualmente financiados “sob o Equador”, os quais cumprem os requisitos climáticos bastante limitados dos Princípios.

Na esteira da fixação dos Princípios do Equador, celebrou-se no Brasil, em 2009, o chamado Protocolo Verde, por via do qual restaram nacionalizados os Princípios do Equador. Conforme estabelecido no Protocolo, as instituições financeiras teriam se comprometido a

Envidar seus melhores esforços para: (i) oferecer linhas de financiamento e programas que fomentem a qualidade de vida e o uso sustentável do meio ambiente; (ii) considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de ativos e análise de projetos; (iii) promover o consumo consciente; e (iv) informar, sensibilizar e engajar as partes interessadas em políticas sustentáveis. (BRAGA, 2014, p. 2).

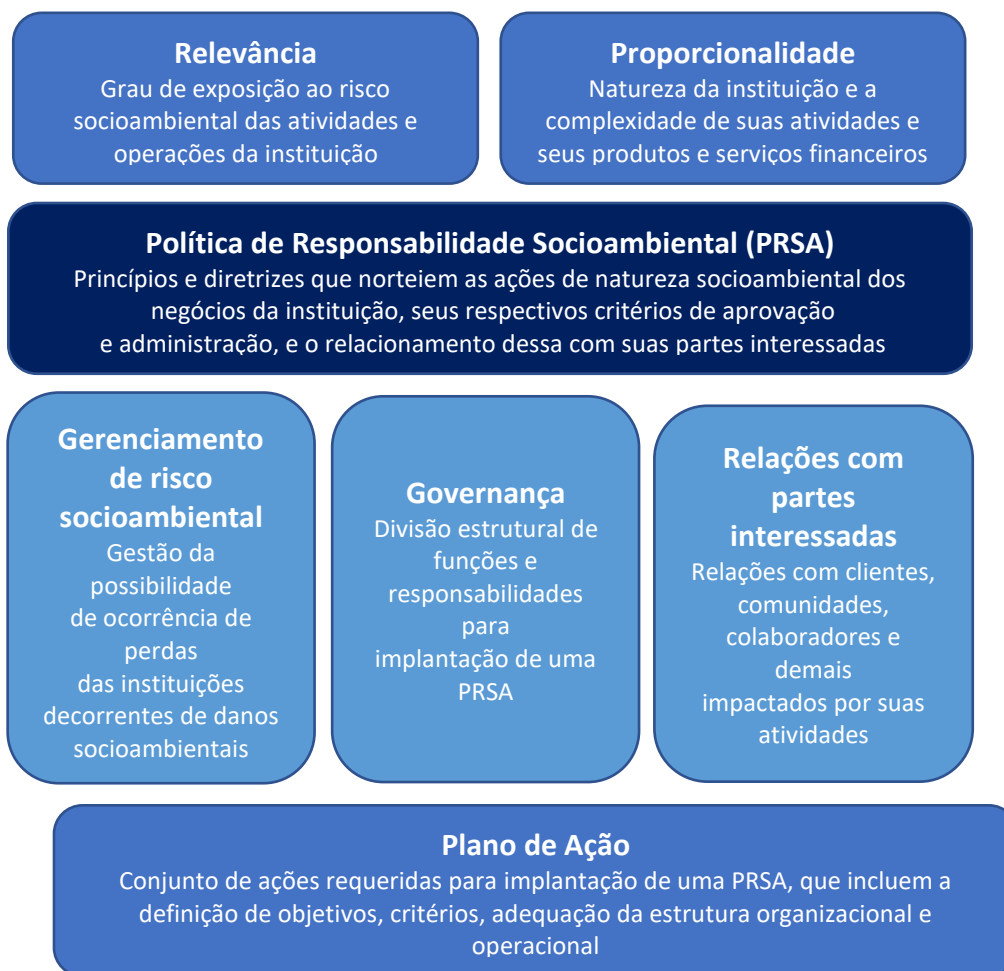
O Protocolo Verde foi assinado por 5 bancos públicos – BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

Conforme apresentado no capítulo 2 deste trabalho, outras iniciativas relevantes nesse âmbito são as práticas de gestão preconizadas pela International Standardization Organization (ISO), os padrões internacionais de relatório, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e, por fim, a Resolução nº 4.327, do Conselho Monetário Nacional, de abril de 2014.

Segundo o Guia Orientador sobre Políticas de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) para as Instituições do Sistema Nacional de Fomento²⁷ (ABDE, 2018), desenvolvido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Sitawi Finanças do Bem, a Resolução CMN nº 4.327/2014 estabelece as diretrizes a serem seguidas pelas instituições financeiras e outras organizações autorizadas a operar no Brasil pelo BCB para o estabelecimento e implementação de políticas de responsabilidade socioambiental (PRSA). O Guia apresenta os conceitos que devem guiar o estabelecimento e implementação da PRSA conforme a figura abaixo:

²⁷ O Sistema Nacional de Fomento (SNF) é composto por bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento controlados por estados da federação, bancos cooperativos, bancos públicos comerciais estaduais com carteiras de desenvolvimento e agências de fomento, FINEP e SEBRAE. Fonte: <<https://abde.org.br/>>

Figura 1 – Estruturação de uma PRSA e implementação



Fonte: Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)

Com base nas informações relacionadas a responsabilidade socioambiental apresentadas nos relatórios anuais ou de sustentabilidade publicados no ano de 2016 relativos aos principais bancos atuantes no Brasil, com vistas a demonstrar possíveis diferenças de atuação de bancos públicos e privados, e de bancos comerciais e de desenvolvimento, bem como a evolução em termos de exigências relacionadas ao tema sustentabilidade de 2005 até 2016, Assis et al. (2021) revisitaram o estudo de Rese e Canhada (2012), apresentando os seguintes resultados:

- Caixa Econômica (CEF): informa cumprir as obrigações legais, sem oferecer novos produtos relacionados a sustentabilidade; não possui programas de incentivo à sustentabilidade.
- Banco do Brasil: destaca que cumpre as exigências legais e mostra iniciativas políticas voltadas para atender o agronegócio, também possui produtos relacionados à sustentabilidade e agronegócio (principalmente com recursos dos Programas ABC

(Agricultura de Baixo Carbono) e PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

- Banco Itaú: informa possuir novos produtos e fundos ligados ao perfil socioambiental e *green bonds* (o exemplo citado no relatório foi a emissão do CRA Suzano).
- Bradesco: são apontados diversos produtos relacionados a sustentabilidade, tais como: leasing ambiental, CDC–kit gás, capital de giro ambiental, capital de giro florestal, CDC –aquecedor solar, DC –certificado florestal, CDC –fotovoltaico, Moderagro Solo, Produsa, Programa ABC (redução de emissão de gases), Moderagro Saneamento, Propflora, Profruta; participou via *bookrunner* do processo dos *green bonds* da Suzano, que foi finalizado pelo Itaú.
- BNDES: informa que são executados programas relacionados a sustentabilidade há mais tempo, como o fundo Amazônia; existe política relacionada ao tema e a ação é mais voltada a programas do que produtos; exemplo de programa: linha incentivada para setores prioritários (energia renovável, saneamento, mobilidade, logística) e de produto: linha ISE (linha incentivada para empresas financiarem investimentos socioambientais); destaca como novos produtos o Fundo de Energia Sustentável e *green bonds*; preocupa-se também com as ações relacionadas a sustentabilidade provenientes dos bancos repassadores dos recursos de seus programas.
- Banco Santander: indica que possui produtos voltados a sustentabilidade, porém não especifica.

Fonte: Assis et al. (2021)

Apesar do significativo papel dos bancos na conquista do desenvolvimento sustentável, considerando o papel intermediário que eles desempenham na sociedade, podendo “essa influência ser quantitativa, mas também qualitativa, pelo seu impacto no crescimento econômico” (JEUCKEN, 2001), pode-se avaliar, embora de modo bastante restrito, pelos resultados do estudo apresentados acima que os bancos públicos brasileiros ainda não parecem exercer todo o potencial que possuem de indução de projetos sustentáveis no país.

Nas palavras de Jeucken (2001), “para que os negócios sustentáveis tenham sucesso no nível macro, a atitude dos bancos será fundamental, e sua política de financiamento é uma forma de um banco criar oportunidades para negócios sustentáveis” (p. 2).

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Trata-se de estudo de caso único - tendo como unidade de análise o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) -, descritivo em seu objetivo e qualitativo quanto a sua natureza (OLIVEIRA, 2011). A escolha da unidade de análise deu-se pelo acompanhamento pela autora do processo de desenvolvimento e implementação do programa de desenvolvimento do BRDE objeto da pesquisa, bem como pela facilidade de acesso aos dados e às pessoas envolvidos nesse processo.

A abordagem qualitativa apresenta-se como a mais adequada para a análise das informações e dados coletados, pois permite conhecer subjetividades, percepções, tendências de pensamentos, comportamentos e opiniões dos indivíduos no contexto do problema que se deseja abordar.

Tendo como base a pergunta de pesquisa e o referencial teórico realizado, quanto aos procedimentos metodológicos, foram realizadas duas etapas, não sequenciais.

A primeira etapa constituiu na coleta e análise de conteúdo dos relatórios de administração e de sustentabilidade publicados pelo BRDE, no período de 2012 a 2015, anterior à criação do Programa BRDE Produção e Consumo Sustentáveis (BRDE PCS), e entre 2016 e 2020, cinco anos em que foram incorporadas nos relatórios informações e dados sobre o desempenho do Programa. O processo comparativo entre os dois períodos teve o objetivo de avaliar comparativamente as informações e práticas nos períodos anterior e posterior à adoção do BRDE PCS, buscando-se tecer o percurso analítico de interpretação e compreensão da questão (CAMPOS E SILVA, 2011), das motivações, desenvolvimentos e resultados da implementação do Programa.

Nessa etapa, foram levantadas, no período 2012-2015, as iniciativas e programas de apoio identificados com ações de responsabilidade socioambiental do Banco, bem como com seu papel de instituição de fomento do desenvolvimento na região onde atua, de modo a melhor compreender a base institucional e regulatória em que se deu a criação do BRDE PCS. Além do material institucional do BRDE, foram também levantados notícias e artigos de mídia sobre o Programa BRDE PCS, para conhecer sua repercussão na imprensa e a leitura externa de seus objetivos e dos projetos apoiados.

Posteriormente, procedeu-se à análise das informações sobre o desempenho do Programa entre 2016 e 2020, assim como sobre sua evolução no contexto operacional e, mais amplamente, no ambiente político-institucional do Banco, nesse período. A análise desse

material e de outras fontes secundárias, como artigos de mídia e outros documentos do BRDE, buscou “enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraindo conteúdos por trás da mensagem analisada” (OLIVEIRA, 2011, p. 46). Conforme colocado por Bardin (1979), enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo referiu-se à aplicação de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens” (p. 42).

Na segunda etapa, foram realizadas e analisadas entrevistas individuais semiestruturadas com vários stakeholders, os quais forneceram diferentes perspectivas sobre os elementos da questão que se buscou pesquisar. A utilização de mais de um método de obtenção de dados possibilitou a apreensão do fenômeno sob diferentes níveis (SANTOS et al, 2020) e essa triangulação ajudou a aumentar a credibilidade dos resultados.

Levando em consideração a pergunta e os objetivos da pesquisa, o trabalho foi encaminhado por questões que, com base no referencial teórico utilizado, orientassem para a compreensão de como uma instituição financeira pública consegue conciliar suas estratégias de sustentabilidade financeira e de fomento do desenvolvimento sustentável contando apenas com recursos próprios, a partir da experiência de criação do Programa BRDE Produção e Consumo Sustentáveis:

A. Quais foram as principais motivações do BRDE para a criação do Programa BRDE PCS?

Buscava-se compreender como surgiu a ideia do Programa, quem foram os principais atores nesse processo e como essa ideia foi recebida pelos principais *stakeholders*. Além disso, se pretendia entender como o BRDE PCS se inseria nas estratégias do Banco e quais os principais objetivos institucionais com sua adoção.

B. O fomento de projetos sustentáveis é papel de uma instituição financeira no contexto de sua responsabilidade socioambiental?

O objetivo dessa linha de análise era entender como o fomento de ações que contribuem para a consecução de objetivos sociais e ambientais se encaixa nas PRSA das instituições financeiras, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.327/2014, sob a ótica do BRDE e dos demais *stakeholders*.

C. Quais são os principais desafios enfrentados pelo BRDE com a adoção de uma linha que direciona financiamento para projetos sustentáveis?

Com essa questão, buscava-se conhecer os desafios, tanto no contexto do processo decisório como na operacionalização, de uma prática bancária inovadora, vinculada a sustentabilidade, e que mudou a lógica do BRDE, de repassador de linhas de crédito estabelecidas pelas fontes de recursos para assumir um papel protagonista e fortalecer a função de agente de fomento de projetos sustentáveis.

D. Quais foram benefícios para o BRDE resultantes da criação da linha BRDE PCS?

A ideia foi conhecer os benefícios percebidos pelos diferentes *stakeholders* sobre a decisão do BRDE de conceder vantagens em prazo e taxas para projetos com diferencial de sustentabilidade e com isso fortalecer seu papel no fomento do desenvolvimento da região onde atua. Entre outros, tinha-se como objetivo motivar outras instituições financeiras a considerar ações semelhantes de modo a aumentar a disponibilidade de recursos para um desenvolvimento que alie crescimento econômico com conservação ambiental e inclusão social no país.

As entrevistas foram realizadas com os seguintes grupos de *stakeholders*, envolvidos nos processos de planejamento e decisórios, bem como na execução de atividades atinentes ao Programa BRDE PCS: dirigentes e funcionários do BRDE; empresários e gestores municipais que tomaram recursos do Programa; e gestores de instituições que proveram fundos para o Programa BRDE PCS. Entre os dirigentes, foram entrevistados aqueles mais diretamente envolvidos nos processos decisórios relativos ao BRDE PCS, tanto à época de criação do Programa como mais recentemente. No caso dos servidores, foram escolhidos os gerentes mais afetos ao Programa e funcionários que trabalharam diretamente com a operacionalização da linha de crédito, com o que se acreditava alcançar a saturação para a compreensão do caso junto a esses atores.

No caso dos provedores de fundos, foram entrevistados individualmente gestores de instituições envolvidas com o provimento de recursos para as operações no âmbito do BRDE PCS. Tendo em vista que as entrevistas com usuários dos recursos da linha de crédito BRDE PCS (mutuários) poderiam ajudar a entender o contexto externo à instituição durante a implementação do Programa, foram também realizadas entrevistas com representantes de empresas e de um município que tomaram recursos do Programa, tentando abordar tipologias diferentes de mutuários.

A fase de entrevistas buscou compreender a visão e a percepção dos *stakeholders* relevantes, conforme relacionados no quadro abaixo, o qual lista os entrevistados e suas

respectivas funções, mantendo o necessário anonimato, porém adotando siglas para sua identificação quando citados.

Quadro 2 – Caracterização dos entrevistados

Nº	Cód. Identif.	Função	Formação	Gênero
1	D1	Dirigente	Engenharia Civil	Masculino
2	D2	Dirigente	Medicina Veterinária	Masculino
3	D3	Dirigente	Direito	Masculino
4	G1	Gerente	Economia	Masculino
5	G2	Gerente	Direito	Masculino
6	G3	Gerente	Economia	Masculino
7	G4	Gerente	Economia	Feminino
8	C1	Cliente – resíduo	Engenharia de Produção	Masculino
9	C2	Cliente – energia	Engenharia Elétrica	Feminino
10	C3	Cliente – resíduo	Engenharia de Produção	Masculino
11	F1	Provedor de <i>funding</i>	Economia	Feminino
12	F2	Provedor de <i>funding</i>	Economia	Masculino
13	F3	Provedor de <i>funding</i>	Relações Internacionais	Masculino

Fonte: Elaborado pela autora

A escolha dos entrevistados considerou as funções relevantes (estratégicas e táticas) que exercem ou exerceram dentro de suas respectivas instituições. Nas descrições das entrevistas apresentadas nas análises, os entrevistados são identificados por siglas, sendo “D” para designar os dirigentes, “G” para os funcionários em nível de gerentes, “C” para os clientes e “F” para os provedores de *funding* para o Programa BRDE PCS. Tendo em vista a natureza qualitativa da pesquisa, os sujeitos foram selecionados de acordo com o problema e os objetivos do trabalho, buscando os que acompanharam mais de perto o objeto e aqueles que poderiam validar as informações com diferentes pontos de vista, além da facilidade de acesso do pesquisador.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de janeiro e de fevereiro de 2022, em modo *online*, com o uso das ferramentas Teams®, da Microsoft, sendo as gravações em seguida transcritas, para posterior análise de conteúdo. Em todos os casos, foram utilizados roteiros semiestruturados, enviados antecipadamente aos entrevistados, tendo-se buscado direcionar as entrevistas com objetividade para o conteúdo que se desejava analisar, porém deixando espaço para manifestações espontâneas dos entrevistados.

A análise de conteúdo dos documentos e materiais e das entrevistas foi utilizada para compreender as diferentes percepções dos atores e as motivações que levaram à adoção, com o Programa BRDE PCS, de um modelo de negócio que contraria, em princípio, a lógica

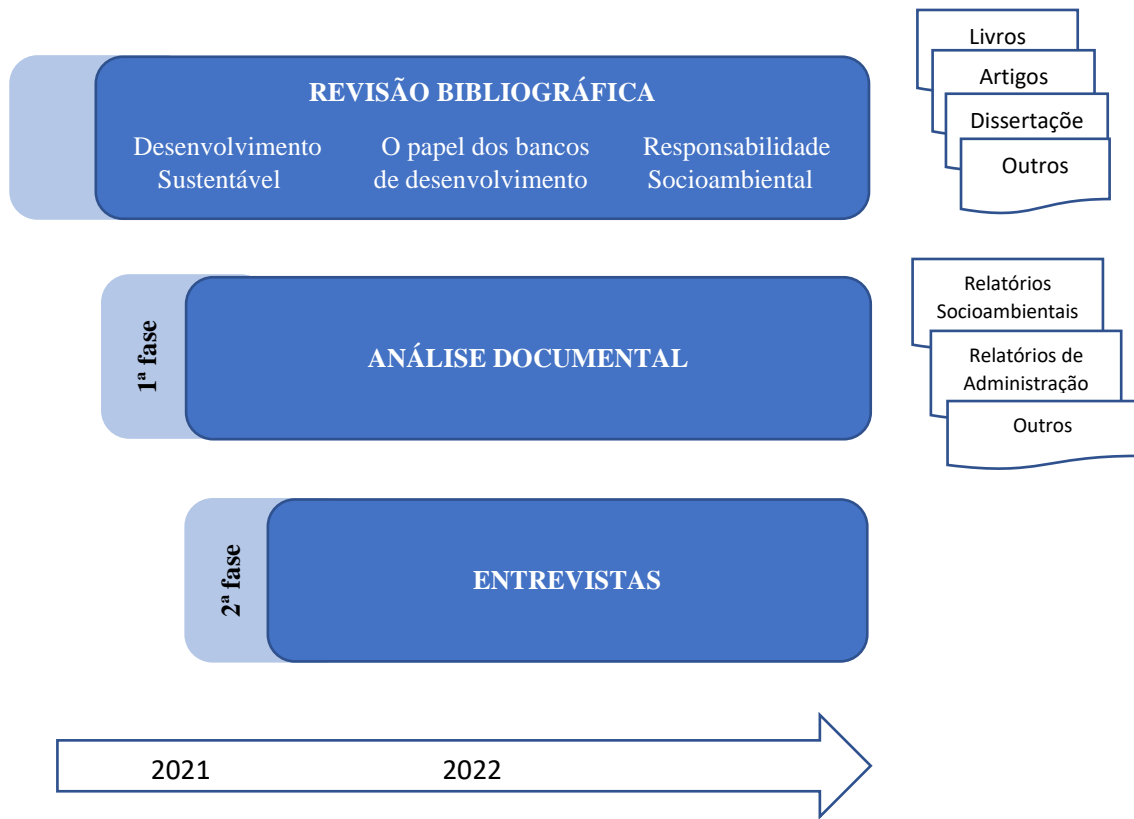
institucional tradicional de uma instituição financeira, a maximização do lucro (FRIEDMAN, 1962), mas que fortalece a atuação do Banco como promotor de um desenvolvimento mais sustentável para a região.

Nesse sentido, a análise de conteúdo mostrou-se adequada para, mais do que analisar os textos, descobri-los - revelando seu sentido subjacente - à luz dos marcos teóricos de referência. Dito de outra forma: são metodologias que “tendem a saltar diretamente do nível da superfície textual ao nível interpretativo” (NAVARRO; DÍAZ, 1994, p. 180).

Capelle et al (2003) avaliam que a definição de análise de conteúdo de comunicação de Bardin “oscila entre os dois polos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade” (p. 4), que embasam a definição de indicadores, quantitativos e/ou qualitativos, que apoiam o pesquisador nos processos de indução, de inferência, quando revisita a comunicação objeto de análise.

Resta assinalar que não se buscou uma análise do impacto das iniciativas apoiadas pelo Programa BRDE PCS, como forma de avaliar a efetividade da concessão de crédito no desenvolvimento sustentável da região atendida pelo Banco, mas de conectar a ação de um banco público de fomento com sua responsabilidade junto à sociedade em que atua, mais do que apenas como fornecedor de crédito, mas como motor de um desenvolvimento que alie crescimento econômico com conservação ambiental e inclusão social.

Figura 2 – Revisão bibliográfica e estratégia metodológica



Fonte: Elaborado pela autora

5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

Como bem colocado por Silveira e Córdova (2009), a pesquisa buscou “compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos” (p. 36), não tentou controlar o contexto, mas sim captar o contexto em sua totalidade, e procurou “analisar as informações narradas de forma organizada, mas intuitiva” (Ibid, p. 36)

Seguindo as etapas indicadas por Bardin (1979) para a análise de conteúdo, foram realizadas uma pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na primeira etapa, o material foi organizado, partindo da escolha dos documentos, utilizando a leitura “flutuante”, em que o pesquisador se deixa impregnar pelo material (BARDIN, 1979). O principal material “explorado” foram os relatórios institucionais do BRDE, nos quais se buscou levantar informações e dados relevantes para a pesquisa. Para completar o quadro de informações, foram ainda levantados e analisados outros materiais de interesse, tais como as Resoluções do BRDE relevantes e artigos de mídia cobrindo o BRDE PCS, além das entrevistas.

A análise dos relatórios do BRDE e demais documentos e materiais permitiu avaliar, mesmo que de modo não aprofundado, o comprometimento e a ação do Banco com responsabilidade socioambiental e com seu papel como agente público de fomento, especificamente no que se refere a projetos com diferencial de sustentabilidade. Apesar de os relatórios institucionais do Banco mais antigos referirem-se a iniciativas voltadas ao financiamento de projetos socialmente responsáveis, a análise do período anterior à criação do BRDE PCS limitou-se aos anos de 2012 a 2015, tendo em vista que apenas nos relatórios desses anos são inseridas informações e dados relacionados a fomento de projetos sustentáveis, informações que são apresentadas resumidamente no quadro abaixo.

Quadro 3 – Levantamento das iniciativas relacionadas a fomento da sustentabilidade nos Relatórios de Administração do BRDE no período entre 2012 a 2015

Documento	Planejamento Estratégico e Visão, Missão e Valores	Programas voltados a fomento da sustentabilidade
Relatório de Administração 2012	Prover e estimular ações que resultem no crescimento econômico e social da região de atuação, contribuindo para a melhoria dos seus	<u>Aspectos Institucionais</u> Lançamento do “Programa BRDE Produção Mais Limpa”, visando a beneficiar projetos que atendam às necessidades de redução do impacto ambiental decorrente do processo produtivo e de consumo dos setores privado e público, em acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e legislações específicas: projetos de reciclagem, tratamento de efluentes,

	indicadores de desenvolvimento humano.	compostagem de resíduos da agroindústria, aproveitamento energético de biomassa, racionalização da limpeza urbana, redução da emissão de gases do efeito estufa e de poluentes locais no transporte coletivo urbano e de passageiros.
Relatório de Administração 2013		<p><u>Responsabilidade Social</u> O BRDE diferencia-se por ser uma instituição altamente qualificada que apoia e executa políticas públicas, as quais promovem o desenvolvimento econômico e social da sua região de atuação. Os aspectos econômico, social e ambiental estão sempre presentes nas análises desenvolvidas pelos nossos técnicos para concessão de financiamento.</p> <p><u>Responsabilidade Ambiental</u> BRDE Produção Mais Limpa: a Instituição não apenas qualifica a informação aos agentes sobre as linhas existentes, auxiliando na escolha da melhor opção de financiamento em condições favorecidas, como também persegue o aperfeiçoamento das atuais alternativas de crédito.</p>
Relatório de Administração 2014		<p><u>Responsabilidade Social</u> Atendendo o disposto na Resolução nº 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, o BRDE implantou, em 2014, a sua Política de Responsabilidade Socioambiental. Foi definido o conjunto de princípios, diretrizes e estratégias que irão nortear as ações de natureza socioambiental da Instituição nos negócios e na relação com as partes interessadas.</p>
Relatório de Administração 2015		<p><u>Mensagem da Diretoria</u> O tema da sustentabilidade motivou o BRDE a sintetizar as iniciativas e práticas já consolidadas no BRDE em um programa, o Programa BRDE PCS - Produção e Consumo Sustentáveis. São linhas especiais de crédito para incentivar práticas de sustentabilidade entre seus clientes e potenciais clientes.</p> <p><u>Destaques Institucionais</u> Em novembro de 2015, o BRDE lançou o Programa BRDE PCS - Produção e Consumo Sustentáveis, que oferece linhas de crédito com condições especiais para projetos que minimizam o impacto ambiental. O PCS está estruturado em cinco subprogramas integrados: Energias limpas e renováveis; Uso racional e eficiente da água; Gestão de resíduos e reciclagem; Agronegócio sustentável; e Cidades sustentáveis.</p> <p><u>Responsabilidade Socioambiental</u> A revisão da Política e a elaboração do Plano de Ação de acordo com os parâmetros do Banco Central representaram avanços importantes no período. São três os eixos principais da PRSA do BRDE: > Implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) > Aprimoramento dos mecanismos de gestão do risco socioambiental > Estruturação de um programa de financiamento a projetos de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS).</p>
Relatório Socioambiental 2015		<p><u>Destaques 2015</u> Elaboração do Plano de Ação no contexto da Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA do BRDE, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.327/2014.</p>

		No BRDE PCS – Produção e Consumo Sustentáveis, o Banco reuniu sob um mesmo programa as linhas de crédito e os produtos que oferecem apoio creditício a projetos sustentáveis. as agências do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná elaboraram seus Planos de Ação para o biênio 2016/2017, com base na PRSA e no Plano de Ação de Responsabilidade Socioambiental do BRDE.
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios de Administração BRDE 2012 a 2015 e Relatório Socioambiental BRDE 2015

O levantamento desse período anterior à criação do BRDE PCS permitiu verificar que, embora não de modo estruturado, o Banco já adotava iniciativas voltadas a fomentar empreendimentos com diferencial de sustentabilidade. Entretanto, o crédito do BRDE que utilizava algum mecanismo de direcionamento (BARROS; SILVA; OLIVEIRA, 2018) era limitado às linhas de financiamento das fontes de recursos do Banco, especialmente do BNDES, principal fonte – em 2014, 91,4% das contratações do BRDE tinham como fonte recursos o Sistema BNDES²⁸ (BRDE, 2015). Ou seja, para o direcionamento do crédito, a premissa era que as fontes de recursos fornecessem fundos já orientados para determinados fins. O BRDE, nesse sentido, era apenas o repassador dos recursos de linhas existentes, o que limitava bastante sua liberdade de atuação.

Mesmo iniciativas apresentadas como importantes ações de fomento de empreendimentos sustentáveis, como o Programa BRDE Produção Mais Limpa, lançado em 2012 com o objetivo de beneficiar projetos que atendessem às necessidades de redução do impacto ambiental decorrente do processo produtivo e de consumo dos setores privado e público (BRDE, 2013), não demonstraram continuidade e acompanhamento pelo Banco. Nesse sentido, os Relatórios de Administração dos anos posteriores à criação desse Programa não incluíram qualquer informação sobre seu desempenho e os valores contratados pelo Banco sob essa linha de crédito.

Por outro lado, o Relatório Administrativo 2012 incluiu um levantamento de financiamentos em ações com diferencial de sustentabilidade ambiental realizados pelo BRDE entre os anos de 2005 e 2012, apresentado abaixo.

²⁸ O BNDES conta com duas subsidiárias integrais: a Finame e a BNDESPAR. Juntas, as três empresas compreendem o chamado Sistema BNDES. Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-control/empresas-sistema-bndes/empresas-do-sistema-bndes>

Quadro 4 - Financiamentos em Sustentabilidade Ambiental 2005-2012

Área	Valor Contratado em (R\$ milhões)
Energias Alternativas	276,5
Indústria da Reciclagem	112,6
Programa ABC	69,1
Destinação Ambientalmente Correta de Resíduos	8,9
Sistema de Tratamento de Efluentes	5,5
Serviços Ambientais	1,5
Total	405,0

Fonte: (BRDE, 2013)

Nesse levantamento, é possível verificar que as áreas de financiamento contemplavam as mesmas atendidas nos Subprogramas do BRDE PCS - energias limpas e renováveis; uso racional e eficiente da água; gestão de resíduos e reciclagem; e agronegócio sustentável –, à exceção do Subprograma de Cidades Sustentáveis. Isso era esperado pois, segundo informações dos funcionários e dirigentes entrevistados, os Subprogramas do BRDE PCS foram escolhidos em função das principais áreas já atendidas pelo Banco, conforme levantamento realizado em 2015 com base nos 10 anos anteriores.

Segundo funcionários do Banco, uma avaliação sobre o quanto havia sido investido pelo Banco nos 10 anos anteriores ao lançamento do Programa, nos mesmos componentes, resultou em um investimento total de R\$ 1 bilhão. Esse mesmo montante foi alcançado em menos de 3 anos de implementação do BRDE PCS, o que foi muito importante para avaliarem se o incentivo oferecido era atrativo.

A preocupação do Banco em fomentar ações que visavam a harmonizar os objetivos do desenvolvimento econômico com os da sustentabilidade ambiental (FERREIRA; RAPOSO, 2017) era presente para os funcionários do Banco, conforme verificado nas entrevistas, mesmo antes do BRDE PCS, mas que “a atuação do Banco era desestruturada e pontual” (G1). Sobretudo, essas iniciativas derivavam não de iniciativa do próprio Banco, mas eram criadas “a partir das agendas do BNDES” (G2). Essa percepção de apoio do BRDE a ações ambientalmente corretas é compartilhada pelos clientes, que consideram que o Banco sempre “cumpru seu papel de indutor” (C1 e C2) de empreendimentos que visavam à melhoria ambiental da região.

No seguimento, são apresentados os resultados das entrevistas realizadas, organizados em função das questões orientadoras e dos objetivos do trabalho. Em cada categoria analisada, são apresentadas as principais opiniões, ressaltadas as principais

convergências e divergências, bem como pontos considerados relevantes para o contexto e as conclusões. Comentários específicos de entrevistados foram, por vezes, transcritos, para melhor representação dos pontos de vista.

Inicialmente, é importante comentar que todos os entrevistados indicaram ter familiaridade com os temas de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental, sendo que alguns com conhecimento bastante avançado, o que facilitou a compreensão das questões e dos objetivos do trabalho, e a comunicação das respostas.

A. Quais foram as principais motivações do BRDE para a criação do Programa BRDE PCS

As principais motivações do Banco para a adoção do Programa BRDE PCS, voltado ao financiamento de projetos sustentáveis, citados pelos entrevistados foram (i) cumprir o papel de um banco público de desenvolvimento, indo além do crescimento econômico para buscar também impactos sociais e ambientais (7 citações), e (ii) aproveitar uma demanda do mercado – oportunidade – que correspondia também à necessidade do setor financeiro de cumprir com a responsabilidade socioambiental (7 citações).

A primeira citação (i) foi bem distribuída entre as diferentes tipologias de *stakeholders*. Entretanto, a segunda (ii) não foi mencionada por nenhum dos dirigentes ouvidos. O elemento de demanda do mercado tampouco havia aparecido nos documentos analisados, nem foi mencionado em outros momentos das entrevistas.

No seguimento das motivações, foram citados 4 vezes: (iii) colocar o Banco no *forefront* da atuação bancária, diferenciando-o das demais instituições financeiras como inovador, moderno e pró-sustentabilidade; (iv) agregar valor e conceito à entrega de crédito bancário; (v) estruturar uma atuação que já vinha sendo realizada, porém sem estar adequadamente organizada e institucionalizada; e (vi) cumprir com os objetivos sociais e estatutários do BRDE.

Nas palavras de um dos dirigentes (D3):

“A gente tem que ser um motivador de boas ações. Um banco público ... tem elementos adicionais que não são apenas a entrega de crédito a longo prazo e resultados operacionais positivos. A gente tem que agregar novos elementos. E acho que essa questão da sustentabilidade, a aderência aos ODS, a questão da responsabilidade socioambiental de nossos atos e trazer reflexos sociais são a preocupação maior.” Entrevistado D3

Não causa surpresa que essa visão mais estratégica, de ver o Banco na fronteira da atuação de instituições financeiras que colocam valores e objetivos de sustentabilidade, considerando aí seus três pilares – econômico, social e ambiental -, como meta da

organização, foi apresentada prioritariamente pelos dirigentes e funcionários próximos desses.

“Abrir o Banco para o mundo.” Entrevistado D2

Entretanto, a diferenciação, a busca pela relevância, era um objetivo presente para o Banco como um todo e foi um dos motivadores da construção do novo programa.

“Isso é subjacente para isso e outras questões. Há uma preocupação do corpo funcional do Banco ... de o BRDE ser relevante para a região, porque a gente depende, basicamente, da gente, então o corpo gerencial tem a preocupação de, de fato, ser relevante para a sociedade, ser relevante para os governos, no sentido de sobrevivência do Banco.” Entrevistado G2

A preocupação com a imagem do Banco foi mencionada por todos os dirigentes como um dos motivadores da criação do BRDE PCS, porém não foi citada por nenhum dos demais entrevistados. A imagem pode ser um grande motivador, como coloca Noufe (2016), pois ao identificar a marca ou empresa com uma causa que responda a uma necessidade dentro da comunidade, ela se identifica com as pessoas e, portanto, cria uma empatia que pode ajudar a marcar a empresa na consciência coletiva das pessoas. Com 3 citações, além da (vii) melhoria da imagem, foram mencionados: (viii) nova agenda dos dirigentes; (ix) demonstrar o comprometimento do Banco, que “pratica o que prega”; e (x) atração de novos *fundings*, tendo em vista a redução de recursos do BNDES.

Um dos entrevistados chegou a tratar de forma pejorativa essa questão da introdução de novas agendas quando da mudança de dirigentes em uma instituição:

“É brincado de diretor.” Entrevistado G2

Com duas citações, foram mencionadas como motivações (xi) convicções pessoais dos dirigentes; e (xii) evolução natural da atuação do Banco. Com uma citação apenas, foram citados: (xiii) criar identidade; (xiv) vincular a política de concessões a um programa relevante; (xv) anteciper tendência; (xvi) sair do encapsulamento; (xvii) gerar desenvolvimento econômico com maior impacto social; (xviii) responsabilidade do setor financeiro; e (xix) atender ao disposto na Resolução CMN nº 4.327/14.

É muito interessante notar que apenas um dos entrevistados tenha citado a Resolução do Conselho Monetário Nacional como motivador, quando o histórico de criação do Programa BRDE PCS deixa claro que ele foi um dos eixos do Plano de Ação da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, estabelecida em atendimento ao disposto na citada Resolução.

Apesar dos diferentes conceitos associados a desenvolvimento sustentável, por vezes algo contraditórios, parece haver um crescente consenso global convergindo para uma

definição mínima de desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades humanas, apoia a redução da fome e da pobreza, e preserva os sistemas de suporte à vida do planeta (PARRIS; KATES, 2003). Ou seja, o desenvolvimento precisa abranger os pilares de crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental.

Com o Programa BRDE PCS, o Banco vem conseguindo demonstrar que é possível a um banco financiar esse “novo” tipo de desenvolvimento, cujo conceito é mais amplo e onde desenvolvimento e meio ambiente deixam de ser considerados como duas realidades antagônicas, e passam a ser complementares (LAYARGUES, 1997). O Programa vem mostrando que é possível fomentar um desenvolvimento embasado em uma visão de longo prazo, que promova a prosperidade para todos e a redução da pobreza (PANGESTU; SAMIR (2022).

Para melhor visualização, embora registrando que a natureza da abordagem qualitativa traga limitações a considerações ligadas a ponderações de natureza quantitativa, bem como à pequena amostra considerada, apresenta-se abaixo tabela com os resultados obtidos nas entrevistas.

Tabela 1 - Motivações do BRDE com a criação do Programa BRDE PCS



Fonte: Elaborado pela autora

B. O fomento de projetos sustentáveis é papel de uma instituição financeira no contexto de sua responsabilidade socioambiental?

A análise feita em relação a essa questão orientadora foi totalmente qualitativa, tendo em vista que todos os entrevistados responderam positivamente quando questionados sobre esse tema. Entretanto, vários pontos levantados são indicados abaixo tendo em vista que ajudam a melhor entender as diferentes percepções a respeito do assunto.

Um entrevistado (P1) foi enfático em sua manifestação, afirmando que a instituição financeira que não exercer a função de fomento da sustentabilidade “não tem futuro” e que os bancos públicos têm não apenas a obrigação, mas as condições para fazê-lo. Um dos dirigentes entrevistados (D3) manifestou a opinião de que a grande maioria dos bancos transfere para a sociedade suas responsabilidades socioambientais e que o BRDE “saiu da zona de conforto e foi além”. Essa manifestação revela uma crítica forte ao sistema financeiro e a ideia de que o exercício da responsabilidade socioambiental exige esforço adicional ao trabalho de um banco.

Alguns entrevistados levantaram a questão do equilíbrio necessário entre a necessidade e a importância da geração de lucro, como meio necessário para a sobrevivência

da instituição no longo prazo, e o exercício do papel de agente de fomento público, cujo propósito maior deve ser contribuir para o desenvolvimento.

“Essa discussão do B e do D é uma discussão recorrente ao longo do tempo no BRDE. Fazer coisas que sejam minimamente lucrativas ou que caibam na questão do Banco. Então, esse é um debate muito presente no Banco, divide colegas, para um lado e para outro.” Entrevistado G1

“Lucro é importante ..., mas é preciso focar na missão, precisa ter um projeto.” Entrevistado G3

“O objetivo de um banco público não é só o balanço.” Entrevistado G1

“Os outros bancos têm o discurso, mas solução real e acessível, não.” Entrevistado C3

Aqui, vale a pena mencionar a conclusão de Noufe (2016) de que, infelizmente, as pesquisas realizadas não permitem uma conclusão definitiva que indique a relação positiva entre RSC e desempenho financeiro nas instituições. Para esse autor, encontrar uma maneira melhor de avaliar a relação entre RSC e desempenho financeira ainda é um desafio, uma vez que as ferramentas de avaliação atuais se concentram em medir o impacto social da RSC nas comunidades, e não em avaliar o impacto financeiro nas corporações. Sem essas ferramentas, a relação entre a RSC e desempenho financeiro ainda permanece baseada em hipóteses que não contam com experimentação empírica que apoie uma discussão mais aprofundada e consistente sobre o assunto.

O entrevistado G4 apresenta um ponto de vista mais “bancário”, quando concorda que o papel de um banco de fomento público é criar condições para o financiamento de projetos de desenvolvimento, porém “deve ser financeiramente sustentável”.

O papel do Banco Central enquanto órgão regulador do Sistema Financeiro Nacional também foi lembrado:

“Todo o Sistema Financeiro deveria contribuir e o Banco Central deveria garantir as condições e os instrumentos adequados. Mas, mesmo sem condições diferenciadas, todos os bancos devem apoiar.” Entrevistado D1

Com o Programa, o Banco traduziu em medida concreta um dos eixos do Plano de Ação da Política de Responsabilidade Socioambiental (BRDE, 2015), em consonância com a diretriz de que as empresas modernas têm uma responsabilidade para com a sociedade que se estende além dos acionistas ou investidores (CARROLL, 2018) ou dos proprietários, caso do BRDE.

C. Quais são os principais desafios enfrentados pelo BRDE com a adoção de uma linha que direciona financiamento para projetos sustentáveis?

O objetivo desta linha de questionamento foi conhecer a opinião dos entrevistados sobre os principais desafios enfrentados na adoção do Programa BRDE PCS, tanto no contexto do processo decisório como na operacionalização, tendo em vista que foi uma prática bancária inovadora, que provocou uma mudança na lógica funcional do Banco, de repassador de linhas de crédito estabelecidas pelas fontes de recursos para assumir um papel protagonista e fortalecer a função de agente de fomento de projetos sustentáveis.

Os desafios mais citados pelos entrevistados, embora verbalizados de modos distintos, dizem respeito à introdução de mudanças em uma instituição, principalmente em estruturas tradicionais e reguladas como os bancos. O que era esperado, de certo modo, porque, conforme expressado por Mdletye, Coetzee e Ukpere (2014), a resposta das pessoas à mudança é “um dos elementos e dinâmicas da mudança transformacional que os gerentes devem abordar para que o sucesso na implementação da mudança seja alcançado” (p. 548). Para os autores, qualquer implementação de esforço de mudança é sempre acompanhada de resistência e, como tal, os gerentes precisam reconhecer e aceitar que a resistência à mudança é uma questão que exige um esforço de gerenciamento, que deve ser abordado com “seriedade, empatia e decisão, para que os esforços de mudança transformacional tenham os resultados desejados nos objetivos de mudança definidos” (Ibid, p. 548). Para Nascimento (2012), o que ocorre com uma mudança é “a alteração no estado de equilíbrio existente em uma situação anterior ou previamente estabelecida, para uma situação de incerteza, tensão ou incômodo.” (p. 26).

Nesse sentido, os quatro desafios mais citados em resposta à questão referiram-se (i) à adoção de novos procedimentos, novas rotinas, com possível aumento da burocracia; e (ii) necessidade de treinamento e capacitação dos funcionários para desempenhar as novas responsabilidades, ambas com 6 citações; além de (iii) mudança da cultura e da postura institucional, com 4 citações; e (iv) inovação, com 3 menções.

Os dirigentes demonstraram preocupação com o adequado gerenciamento das mudanças necessárias com a introdução do novo programa e procuraram antecipar eventuais dificuldades com a negociação de assistência técnica, especialmente dos novos provedores de *funding* para o BRDE PCS. Com o tempo, segundo os dirigentes e funcionários entrevistados, “o banco aprendeu a trabalhar, se mostrou melhor do que se acreditava e alcançou outro patamar” (Entrevistado G3). Um entrevistado comentou que “a participação direta e forte dos dirigentes ajudou o Banco” (Entrevistado G4) na implementação do novo programa.

Um contraponto levantado por um dos dirigentes entrevistados refere-se ao fato de que a Resolução nº 2.426/2015, que aprovou a criação do Programa BRDE Produção e Consumo Sustentáveis, concedeu às áreas operacionais certa autonomia na avaliação e concessão dos empréstimos, o que foi bem recebido pelos funcionários dessas áreas.

“A ideia de que eles poderiam negociar taxas e prazos sem ter que perguntar para a Diretoria foi muito atrativa para eles. Antes, para baixar o spread, você teria que explicar para a Diretoria. Isso dava uma carta branca para ele para negociar. Eles, os técnicos, tinham o poder de negociar.” Entrevistado D1

Esses desafios, mais relacionados a questões internas do Banco, não foram citados por usuários da linha de crédito, para os quais a mudança teve significado bastante positivo, segundo suas manifestações.

“Se nós não tivéssemos o financiamento do BRDE PCS, nós não teríamos condições de fazer tudo, num montante só, para gerar a economia que nós desejávamos.” Entrevistado C2

A (v) dúvida sobre a existência de mercado nos Subprogramas escolhidos pelo Banco foi mencionada por dois gerentes e a (vi) preocupação com abrir mão do *spread* do Banco foi citada por um dirigente e um provedor de *funding*, o que é possível de compreender já que os bancos públicos que não dispõem de depósito à vista dependem sobretudo do resultado operacional de seus financiamentos para se manterem funcionando. No primeiro caso, utilizar o levantamento das linhas já trabalhadas pelo banco nos anos anteriores como base para a definição dos Subprogramas mostrou-se uma estratégia adequada, se considerarmos os resultados obtidos pelo Banco nos cinco primeiros anos do Programa (vide item 2.3.2).

Trabalhar com investimentos indexados a moeda estrangeira raramente se mostra viável por conta do chamado “risco cambial” assumido pelo empreendedor, que estaria sujeito a um descasamento entre receitas (em reais) e obrigações (em dólares, Euros ou outras moedas) (SAE/PR, 2018), problema (vii) que foi identificado por um dos entrevistados como desafio a enfrentar no caso dos provedores de *funding* internacionais. Apesar de ser visto inicialmente como um desafio importante, os investimentos indexados a moedas estrangeiras acabaram mostrando-se viáveis do ponto de vista dos clientes e se tornaram motivação para o aumento da capacidade técnica e operacional do Banco, que hoje consegue desempenhar essas operações de forma rotineira.

O desafio relativo à (viii) venda de um novo produto foi citado por um dos dirigentes, o que se mostrou uma preocupação bem superada tendo em vista que “as metas quantitativas foram ultrapassadas” (Entrevistado G4) e que “o desempenho foi muito maior do que o

esperado” (Entrevistado P3). Para tanto, foram usadas estratégias de mídia e de apresentações em eventos institucionais.

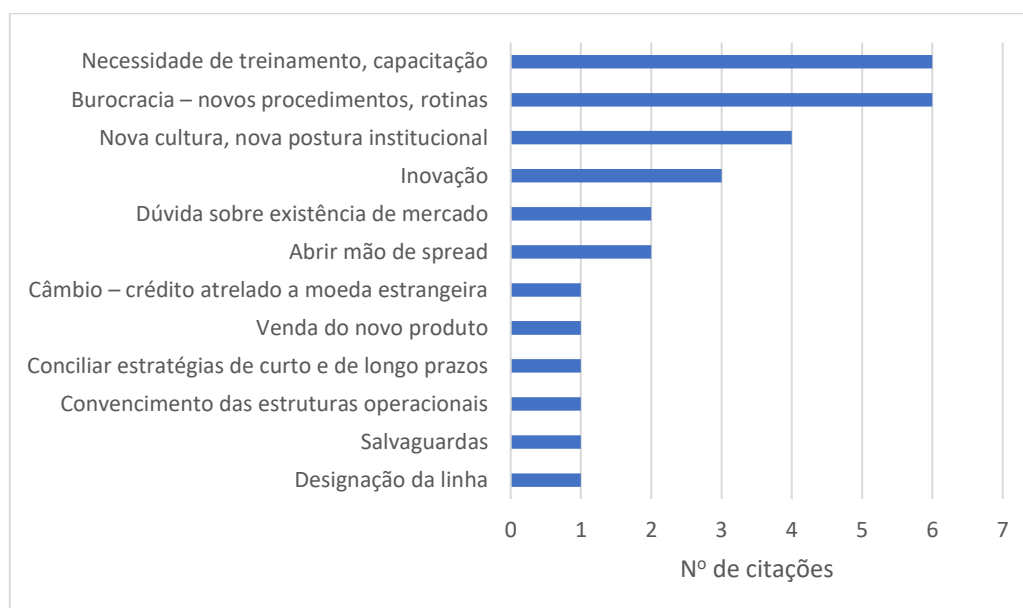
“Eu participei de um evento que tinha um agente do BRDE, que fez uma apresentação das linhas que eles tinham disponíveis. Quando ele falou nessa linha eu, pah, taí. Depois, eu fiz contato com o BRDE.” Entrevistado C3

Apenas com uma menção, foram indicados como outros desafios (ix) a conciliação das estratégias de curto e de longo prazo, e (x) o convencimento das estruturas operacionais, ambos citados por representantes das instituições que proveram *funding* para o Programa, e (xi) introdução de novas salvaguardas, mencionada por um dos gerentes. Essa preocupação se relaciona com o aumento da burocracia, na visão dos funcionários e possivelmente de clientes, e está presente principalmente nas operações com financiamento de fontes internacionais, reconhecidamente exigentes quando se trata de garantir o cumprimento de medidas de proteção ambiental e social.

Por fim, como já mencionado anteriormente, a questão da (xii) designação do novo programa – BRDE PCS Produção e Consumo Sustentáveis foi citada por um dirigente como uma preocupação já que não era um termo muito conhecido, nem no Banco e tampouco pelos clientes. Entretanto, alguns funcionários chegaram a comentar que “o nome pegou bem” (G4).

A tabela abaixo organiza e apresenta os resultados das entrevistas relativos à questão dos principais desafios enfrentados pelo BRDE para a adoção e a implementação do Programa BRDE PCS.

Tabela 2 - Desafios enfrentados pelo BRDE com o Programa BRDE PCS



Fonte: Elaborada pela autora

D. Quais foram benefícios para o BRDE resultantes da criação da linha BRDE PCS?

A decisão do BRDE de conceder vantagens em prazo e taxas para projetos com diferencial de sustentabilidade e, com isso, fortalecer seu papel no fomento do desenvolvimento sustentável resultou, segundo os entrevistados, em muitos benefícios para a instituição, para além dos impactos positivos sobre a economia, a inclusão social e produtiva, e a conservação ambiental da região onde o Banco atua.

Os benefícios mais citados (7 citações) pelos entrevistados foram (i) ter ajudado funcionários e clientes a perceberem a importância do tema e o papel do Banco; e (ii) ter facilitado ao BRDE o acesso a novas fontes de recursos, abrindo oportunidades. Como exemplo das manifestações, é reproduzida abaixo a citação de um dos entrevistados, que reflete a função muito nobre para os bancos públicos de desenvolvimento, de intermediação do governo no sistema financeiro e de provisão de financiamento de projetos com objetivos socioeconômicos estratégicos (ALMEIDA, 2017).

“No Brasil, volta e meia vem a discussão se precisa ou não de banco de desenvolvimento, qual é a diferença do que fazem? Isso ajudou muito nessa crise existencial. Claro, faz todo o sentido. Olha o que eles fazem: têm uma agenda, têm uma finalidade, têm uma missão, outras funções. Deu a ideia do sentido de um banco de desenvolvimento.” Entrevistado G3

No seguimento dos benefícios mais citados, vieram questões mais específicas aos ganhos do Banco como instituição: (iii) fortalecimento institucional, com adoção de novos controles, novos instrumentos, com 5 citações; e (iv) evolução institucional, amadurecimento; e (v) aprendizado, fortalecimento das capacidades, com 4 citações. Estes são benefícios identificados principalmente por dirigentes e funcionários, mas também percebidos pelos provedores de *funding*.

Nesse ponto, é muito interessante a percepção de um dos provedores, que, mais do que apenas a criação de um novo Programa, relatou ter sido testemunha de como o Banco evoluiu e se fortaleceu com a adoção de uma agenda própria, compreendida e internalizada como relevante.

“Quando a gente observa a instituição, a gente observa essa transformação, essa internalização da agenda da sustentabilidade. A transformação foi além do produto financeiro.” Entrevistado P3

Ao citar que (vi) o Programa abriu portas, abriu o Banco para o mundo (3 citações) e que (vii) colocou o Banco como protagonista (2 citações), os entrevistados se referiam tanto ao acesso a novos *fundings*, um dos benefícios mais mencionados, como a ter ajudado o BRDE a se abrir a novas parcerias, a sentir-se mais respeitado e reconhecido, não apenas por seus clientes, mas por um público mais amplo, e a ter facilitado o acesso a organismos e foros internacionais relacionados a desenvolvimento sustentável.

Além de ter sido apresentado como exemplo de iniciativa brasileira na Conferência sobre Cooperação Sul-Sul para Produção e Consumo Sustentáveis, evento que reuniu não apenas países da América Latina e Caribe, Ásia e África, como países desenvolvidos, em Brasília, em abril de 2017 (MMA, 2017), os entrevistados citaram como momento mais emblemático o reconhecimento do BRDE PCS como “modelo no setor financeiro brasileiro, pela Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com o Observatório Mundial e a PwC” (ABDE, 2018), em evento realizado na ONU, em setembro de 2018.



Programa de Produção e Consumo Sustentáveis do BRDE é reconhecido pela ONU como modelo no setor financeiro brasileiro; desde 2015 já foram investidos mais de R\$ 1 bilhão nos três estados atendidos. POR DANILE REBOUÇAS

Fonte: Revista Rumos ABDE, n. 301, p. 14-15, set/out 2018

Também com 2 citações, o (viii) alinhamento com os bancos multilaterais se referia, para os entrevistados, a trabalhar com um tema que está cada vez mais presente nas agendas de organismos e foros internacionais, tanto do setor econômico-financeiro como de desenvolvimento em geral, o que tem contribuído para fortalecer seu protagonismo e atuação.

Nós, Ministros do G20 responsáveis pelo Desenvolvimento e Cooperação Internacional, nos reunimos sob a presidência italiana do G20 pela primeira vez para nos comprometermos e pedirmos uma resposta global ambiciosa, mas concreta, acionável e coordenada à COVID-19 para ajudar os países em desenvolvimento a superar a atual situação de saúde, as crises humanitárias e socioeconômicas, ao mesmo tempo que se esforçam por um futuro melhor para todos. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e o Acordo de Paris são nossas referências comuns essenciais para este Comunicado, pois fornecem o plano compartilhado para moldar uma recuperação inclusiva, resiliente e social, econômica e ambientalmente sustentável.

Fonte: Comunicado G20, 2021

Precisamos de ações urgentes para mudar o equilíbrio em favor do desenvolvimento sustentável e inclusivo. As comunidades de negócios e finanças já estão avançando em finanças e investimentos sustentáveis.

Fonte: OCDE, 2020

Embora todos os diretores entrevistados tenham mencionado a melhoria da imagem do BRDE como motivação e um dos objetivos da adoção do BRDE PCS, foram outros

stakeholders que citaram o (ix) ganho de imagem como impacto positivo do Programa para o Banco (2 citações).

Por fim, o último benefício mencionado foi (x) ter quebrado estereótipos (1 citação), no sentido de que o BRDE deixou de ser apenas um “repassador do BNDES” (Entrevistado G3), podendo estabelecer suas próprias agendas, a exercer maior autonomia; passou a atuar com hedge cambial²⁹; e adotou nova cultura e valores institucionais.

Cabe aqui trazer um depoimento interessante de um dos entrevistados, no sentido de que, em sua percepção, o BNDES não reconheceu e valorizou o esforço feito pelo BRDE - ao abrir mão de spread e aumentar seus períodos de carência e de repagamento - para fomentar uma política pública tão relevante, tanto para o País como no nível internacional.

“A experiência do BRDE é interessante porque ela conseguiu, de alguma forma, fazer com que as linhas de crédito incentivassem uma maior adesão de projetos. Então, acho que é uma experiência fantástica. Houve o reconhecimento pelo BNDES de que era uma ação voltada a fomentar a política de sustentabilidade, uma ação inovadora. Entretanto, o BNDES poderia ter utilizado essa ação do BRDE como referência para outros agentes financeiros. Ele poderia ter trabalhado com a ABDE, para incentivar o uso desse desenho que foi feito pelo BRDE e dar escala.”
Entrevistado P3

Outro comentário que vale ressaltar, por ter revelado uma percepção diferenciada em relação aos efeitos do Programa BRDE PCS, diz respeito a ter considerado o Programa como favorecendo uma mudança na lógica de como as questões de sustentabilidade, principalmente às relativas a meio ambiente, são recebidas por empresários e parte da sociedade. Como foi destacado em artigo do jornal O Eco (2017), a proteção ambiental ainda é considerada como custo para o país e o para setor privado, não sendo visto como investimento ou como controle de risco.

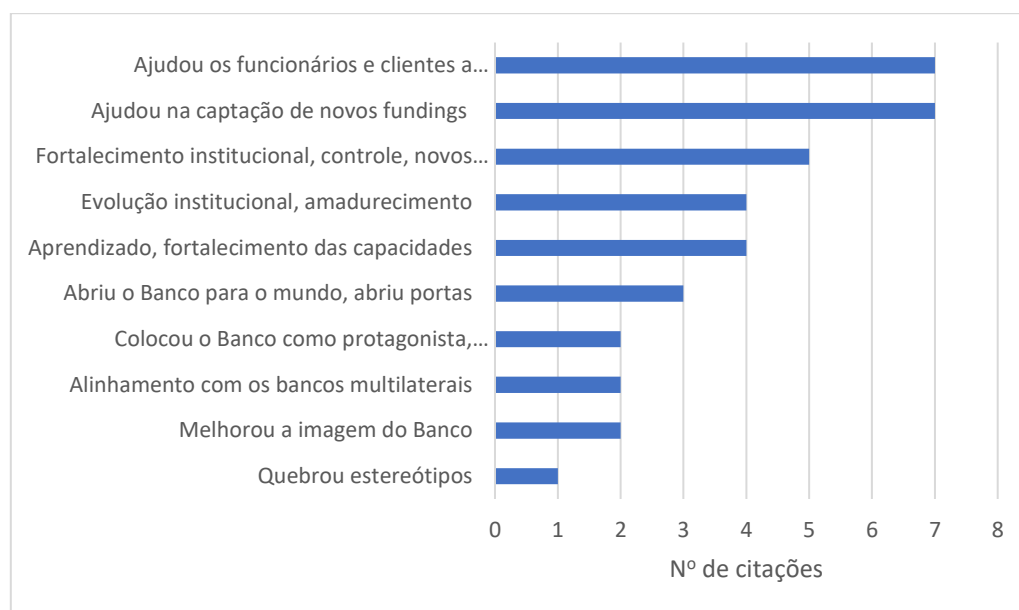
Esse entrevistado considerou que um financiamento com redução de custos para projetos sustentáveis ajuda a transformar o cuidado com meio ambiente em diferencial positivo e a “fazer com que os clientes se identifiquem como atores que podem contribuir para a agenda de sustentabilidade” (Entrevistado P3).

“Esse Programa deveria continuar. Com os investimentos em iluminação pública com uso de energia solar feitos, além da economia gerada para o município, tivemos impactos em mobilidade urbana, na questão de segurança, as pessoas puderam aproveitar mais o período noturno, liberou recursos hídricos (usados para geração de energia) para outros usos. Se não fosse o Programa, nós não teríamos como fazer na escala em que foi feito.”
Entrevistado (C2)

²⁹ Conjunto de instrumentos usados para proteger investimentos e negócios dos riscos da variação do câmbio.

O gráfico abaixo resume os principais benefícios que foram identificados nas entrevistas quando colocada a questão dos benefícios, tanto para o Banco como mais amplamente, da criação do Programa BRDE PCS.

Tabela 3 – Benefícios para o BRDE da criação do Programa BRDE PCS



Fonte: elaborado pela autora

A análise dos dados e resultados, referenciada na bibliografia consultada, revela alguns pontos bastante interessantes e ajuda a compreender como é possível a uma instituição financeira pública ser inovadora e adotar políticas de crédito que contribuem para a sustentabilidade, mesmo sem o auxílio de subsídios ou recursos doados por terceiros.

Sem ter sido signatário do Protocolo Verde, o qual deu início à elaboração dos instrumentos sustentáveis no financiamento no Brasil (BRAGA, 2014), o BRDE decidiu financiar o desenvolvimento com sustentabilidade, por meio de linhas de crédito e programas que promovem a qualidade de vida da população, o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental, e fomentou políticas e práticas socioambientais multiplicadoras, que servem de exemplo de desenvolvimento sustentável para as demais instituições concedentes de crédito oficial (PROTOCOLO VERDE, 1995).

Vale ressaltar que, no caso do BRDE, o direcionamento de crédito para projetos que conciliem objetivos econômicos com inclusão social e conservação ambiental não foi um “mecanismo de presença do Estado no sistema financeiro” (BARROS; SILVA; OLIVEIRA,

2018, p. 11) e sim um instrumento desenvolvido e implementado pelo Banco que contribui para uma política pública relevante.

Apesar da crise existencial, relatada por um dos funcionários do Banco, e da importância da performance econômico-financeira para a manutenção das atividades, o BRDE mostrou que não apenas o lucro financeiro deve ser usado como medida de seus resultados, sendo “a maximização do bem-estar social e o desenvolvimento econômico os objetivos primordiais dos bancos de desenvolvimento” (FERRAZ; ALÉM; MADEIRA, 2013, p. 11).

Os resultados da implementação do Programa BRDE PCS têm demonstrado como é significativo o papel dos bancos na conquista do desenvolvimento sustentável, considerando o papel intermediário que eles desempenham na sociedade, podendo essa influência ser quantitativa, mas também qualitativa, pelo seu impacto no crescimento econômico (JEUCKEN, 2001). Essa influência e impacto positivos têm sido percebidos não apenas no nível do próprio Banco, com o fortalecimento de sua autonomia, capacidade e identidade, como pelos clientes que tomaram crédito do Programa e na sociedade em geral, com impactos positivos em áreas como energias renováveis, gestão sustentável de resíduos, práticas sustentáveis na agricultura e muitas outras.

6. CONCLUSÃO

A pesquisa apresentada nesta dissertação teve como objetivo compreender, com base no estudo da experiência de criação e implementação da linha de crédito BRDE Produção e Consumo Sustentáveis, como uma instituição financeira consegue, sem a utilização de recursos não reembolsáveis ou de fundos externos (fundos constitucionais e outros), financiar projetos alinhados à sustentabilidade.

Com esse propósito, foram analisados relatórios e documentos relevantes do BRDE, além de outros materiais, e realizadas entrevistas com dirigentes e funcionários, clientes e provedores de *funding*, para entender as motivações da criação do Programa BRDE PCS, para conhecer a percepção dos diferentes *stakeholders* sobre o papel dos bancos de desenvolvimento no financiamento de projetos sustentáveis, para entender os desafios enfrentados pela instituição na criação e implementação da linha de crédito e, finalmente, para conhecer os benefícios que o Programa proporcionou para o próprio Banco, os clientes e a política pública apoiada pelo BRDE PCS.

Uma pesquisa sobre políticas e ações adotadas por outros bancos brasileiros, tanto públicos como privados (ALMEIDA; NASCIMENTO Jr.; COSTA, 2017; INFANTE et al, 2010; INÁCIO; DELAI, 2017) revelou que as ações apresentadas por essas instituições como socioambientais são, em boa parte, relacionadas a práticas de gestão, práticas trabalhistas, voluntariado e outras. Observou-se que o financiamento de projetos com adicionalidades socioambientais ou “ecoeficientes” está, normalmente, vinculado a iniciativas de curta duração ou repasse de recursos de programas governamentais.

As conversas revelaram aspectos pessoais, institucionais e sociais dos entrevistados, por vezes imbricadas e transparecendo diferentes *backgrounds* culturais, de formação, profissionais e de postura, que precisaram ser considerados para além das respostas objetivas aos questionamentos feitos.

O presente estudo mostrou que ainda existe uma “crise de identidade” sobre o papel diferenciado de um banco de desenvolvimento, não totalmente incorporado na cultura das instituições, razão pela qual são encontradas resistências na oferta de crédito com condições que reduzem os ganhos financeiros, mesmo para o fomento de políticas públicas importantes, como a sustentabilidade. Como a relação entre a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental e o desempenho econômico das instituições financeiras carece de indicadores e experimentação empírica, os bancos ainda tratam o assunto com relutância e, mesmo reconhecendo o papel fundamental dessas instituições no financiamento de projetos alinhados

à sustentabilidade, a preocupação com a manutenção do lucro sobressai como meta institucional maior.

Os desafios, no entanto, parecem mais afetos à resistência “natural” a mudanças e à introdução de novas burocracias e controles. Uma vez superadas essas dificuldades, com o apoio de assistência técnica, com a atuação decidida e firme dos dirigentes, e a percepção crescente da importância do Programa vis-à-vis à missão do Banco, não apenas as resistências foram superadas como os funcionários passaram a engajar-se e a atuar proativamente na disseminação e na evolução do Programa.

Embora não tenha sido objeto específico dos questionamentos ou de análise, a atitude dos dirigentes, firme, decidida, informada, orientadora e “inspiradora”, se constitui em elemento bastante relevante para que um projeto como esse seja bem-sucedido. Especialmente em casos como o estudado, onde o objeto não conta com o consenso de todos os envolvidos em seu desenvolvimento e implementação.

Causou estranheza o fato de que o Programa BRDE PCS tenha sido entendido, por quase todos os dirigentes, funcionários e provedores, como uma iniciativa isolada, desvinculada da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, apesar de ter “nascido” de seu Plano de Ação. Além disso, não é reconhecido por sua vinculação estreita às agendas e aos compromissos internacionais – Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável e Agenda de Ação de Adis Abeba sobre Financiamento do Desenvolvimento –, nem tampouco a um programa adotado pelo Governo Federal sobre o tema – Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (MMA, 2011).

Considerando o estabelecido na Resolução CMN nº 4.327/2014, o Banco Central do Brasil, na qualidade de regulador do sistema financeiro, poderia avaliar a possibilidade de adotar medidas que promovam – e quem sabe obriguem – as instituições financeiras a serem mais proativas e a fortalecerem seu papel no desenvolvimento sustentável do país. Uma estrutura adequada para o desenvolvimento financeiro sustentável também pode melhorar a estabilidade e a eficiência dos mercados financeiros, abordando adequadamente os riscos, bem como as falhas do mercado, como as externalidades (G20, 2018).

Finalmente, pode-se avaliar que foram muitos os benefícios trazidos pelo BRDE PCS, não apenas para o Banco, que viu uma transformação interna importante em termos de imagem, de autonomia, de capacidade institucional, de percepção da própria identidade, mas, acima de tudo, para os clientes, que conseguiram apoio para realizar projetos relevantes e passaram a

perceber a sustentabilidade como um diferencial positivo, e para a sociedade em geral, que ganhou um importante aliado na construção de um desenvolvimento mais sustentável.

Este trabalho mostrou que a percepção inicial sobre a importância da iniciativa do BRDE com a criação do Programa BRDE Produção e Consumo Sustentáveis não apenas estava correta, como é compartilhada por todos os stakeholders ouvidos, mesmo em se considerando a limitação do escopo do estudo. Mostrou também que há muitas questões que justificariam novas pesquisas, tais como uma análise mais recente e profunda sobre as práticas das instituições financeiras brasileiras relativas a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, e a identificação de indicadores que ajudem a testar a relação positiva entre a adoção de ações de RSC e o desempenho financeiro das corporações.

O alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³⁰ e das Contribuições Nacionalmente Determinadas no âmbito do Acordo de Paris exige a mobilização de recursos financeiros em montantes muito acima dos disponibilizados até o momento para que os países consigam avançar nos compromissos globais assumidos. Com posição privilegiada em seus mercados locais, o forte conhecimento e relacionamentos duradouros com o setor privado local, boa compreensão das barreiras ao investimento e oportunidades, e vasta experiência em financiamento de investimentos de longo prazo, os bancos de desenvolvimento têm não apenas a capacidade, mas a obrigação de cumprir seu papel de fomento de projetos que contribuem para o alcance desses compromissos.

³⁰ Entre 3,3-4,5 trilhões de dólares por ano precisam ser mobilizados se esperamos alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDE. **Guia Orientador sobre Políticas de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) para as Instituições do Sistema Nacional de Fomento**. Ver.1.0, 2018. Disponível em < https://abde.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Guia_PRSA.pdf > Acesso em: 8 fev. 2022.

_____. **Revista Rumos**, n. 301, p. 14-15, set-out 2018

ABE, M.; RUANGLIKHITKUL, W. Developments in the Concept of Corporate Social Responsibility. **From Corporate Social Responsibility to Corporate Sustainability: Moving the Agenda Forward in Asia and the Pacific**. [S.I.]: UNESCAP, p. 9-26, dez. 2013.

ALMEIDA, E. O Papel dos Bancos Públicos para o Desenvolvimento Econômico e Social. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental IPEA**, n. 16, p. 47-55, jan-jun 2017.

ALMEIDA, E. P. et al. **Origem e Evolução do Balanço Social no Mundo e no Brasil: Da “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” aos Dias Atuais**. FACISA, Belo Horizonte, 2012.

ALMEIDA, H.J.L.; NASCIMENTO JÚNIOR, E.R.; COSTA, A.J.B. Práticas de Sustentabilidade Corporativa no Brasil: Análise das Instituições Financeiras Integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 14, n. 1, p. 84-99, jan-jun 2017.

ASSIS, A.C.V. et al. Relatórios de sustentabilidade e práticas de isomorfismo dos maiores bancos brasileiros. **Brazilian Journals of Business**, v. 3, n. 4, p. 3478 – 3498. Curitiba, ago. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Normas**. Disponível em < <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/regulacao> > Acesso em: 13 jul. 2021.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE. **Plano de Ação de Responsabilidade Socioambiental 2015**. Porto Alegre-RS, 2015.

_____. **Relatório de Administração 2012**. Porto Alegre-RS, 2013.

_____. **Relatório de Administração 2013**. Porto Alegre-RS, 2014.

_____. **Relatório de Administração 2014**. Porto Alegre-RS, 2015.

- _____. **Relatório de Administração 2015**. Porto Alegre-RS, 2016.
- _____. **Relatório Socioambiental 2015**. Porto Alegre-RS, 2016.
- _____. **Relatório de Administração e Socioambiental 2016**. Porto Alegre-RS, 2017.
- _____. **Relatório de Administração e Socioambiental 2017**. Porto Alegre-RS, 2018.
- _____. **Relatório de Administração e Socioambiental 2018**. Porto Alegre-RS, 2019.
- _____. **Relatório de Administração e Socioambiental 2019**. Porto Alegre-RS, 2020.
- _____. **Relatório de Administração e Socioambiental 2020**. Porto Alegre-RS, 2021.
- _____. **Resolução nº 2.426/2015**. Porto Alegre-RS, 2015.
- _____. **Resolução BRDE nº 2.428/2016**. Porto Alegre-RS, 2016.
- _____. **Resolução BRDE nº 2.460/2016**. Porto Alegre-RS, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BANKTRACK. **Equator Compliant Climate Destruction: How Banks Finance Fossil Fuel under the Equator Principles**. [s.l.] [s.n.]: 2021. Disponível em < https://www.banktrack.org/download/equator_compliant_climate_destruction_how_banks_finance_fossil_fuels_under_the_equator_principles/211118_equatorcompliantclimatedestruction.pdf > Acesso em: 8 fev. 2022.

BARROS, L.A.B. de; SILVA, C.K.S.; OLIVEIRA R.F. Presença Estatal no Mercado de Crédito: o papel dos bancos públicos e do crédito direcionado na crise de 2008. **BCB Trabalhos para Discussão nº 488**, 2018.

BHATTACHARYA, A.; STERN, N. **Our Last, Best Chance on Climate: The COP26 meeting in Glasgow may usher in a new era of sustainable development**. [s.l.]: 2021. Disponível em < <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2021/09/pdf/bhattacharya-stern-COP26-climate-issue.pdf> > Acesso em: 20 fev. 2022.

BRAGA, C.O.S. **Protocolo Verde: as Instituições Financeiras e a Promoção da Sustentabilidade Ambiental no Brasil**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste). Recife, 2014. Disponível em < <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11722/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Cl%C3%A1udia%20Oliveira%20Braga.pdf> > Acesso em: 8 fev. 2022.

BRAGA, F.A. Responsabilidade Socioambiental, sua Crescente Importância Econômica e as Instituições Financeiras. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, v. 65, p. 319, 2014.

BRITO, R.; GONZALEZ, L. Finanças Sustentáveis. **GV-Executivo**, v. 6, n. 6, p. 41-45, 2007.

BRUNTLAND, G. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. UNGA Res. A/42/427, 1987.

CAMPOS E SILVA, M. **Crédito Bancário e Desenvolvimento Sustentável nas Instituições Financeiras Brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: dezembro de 2011. Disponível em < https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10092/1/2011_MarceloCamposSilva.pdf > Acesso em: 10 ago. 2021.

CAPPELLE, M.C.A.; LOPES MELO, M.C.O.; GONÇALVES, C.A. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S.l.] v. 5, n. 1, art. 6, p. 0-0, 2003. Disponível em: < <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251> >. Acesso em: 13 jul. 2022.

CARLOS, M.G.O; MORAIS, D.O.C. Responsabilidade Social em Instituições Financeiras e Investimentos Responsáveis em Tempo de Pandemia. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v.1 8, n° 2, p. 26 - 55, 2021.

CARROLL, A.B. A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. **Academy of Management Review**, n. 4, p. 497–505, 1979.

_____. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 1999.

_____. Corporate Social Responsibility (CSR) and Corporate Social Performance (CSP). **The SAGE Encyclopedia of Business Ethics and Society**. Thousand Oaks, CA, USA: SAGE Publications, Inc, 2018.

CARROLL, A.B.; SHABANA, K.M. The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. **International Journal of Management Reviews**, v.10, 1111, 2010.

CHAVES, D.A. Responsabilidade Social e as Instituições Bancárias. **VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – VII SEGeT**, 2010. Disponível em: < [https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/317_SEGET%20-%20%20Resp.%20](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/317_SEGET%20-%20%20Resp.%20Social%20(Aprovado).pdf)

[Social%20\(Aprovado\).pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/317_SEGET%20-%20%20Resp.%20Social%20(Aprovado).pdf) > Acesso em: 1 fev.2022

COMINI, G.M. et al. O Debate de Finanças Sustentáveis no Brasil. **Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2011.

DA MOTA BERTONCELLO, F.R.; CÁRNIO, T.C. Intervenção estatal financeira e desenvolvimento sustentável: os desafios de uma primeira resolução socioambiental editada no Brasil. **Cadernos de Direito Actual**, n. 7, p. 77-98, 2017.

DEMARRAIS, K.; LAPAN, S. D. **Foundations for Research - Methods of Inquiry in Education and the Social Sciences**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2004.

FRIEDMAN, M. **The social responsibility of business is to increase its profits**. New York Times, September, 126, 1962.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análise Sócio Econômico. **Balanco Social**. Disponível em: < <https://ibase.br/balanco-social/> > Acesso em: 1 fev. 2022.

FERRAZ, J.C.; ALÉM, A.C.; MADEIRA, R.F. A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo. **Revista do BNDES** n. 40, dez. 2013.

FERREIRA, G.; RAPOSO, R. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. **Caderno de Estudos Africanos**, n. 34, p 113-144, 2017.

G20 Sustainable Finance Study Group. **Sustainable Finance Synthesis Report**. July 2018. Disponível em: < http://unepinquiry.org/wp-content/uploads/2018/10/2018_Synthesis_Report_Summary_EN.pdf > Acesso em: 5 dez. 2021

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GILLAN, S.; KOCH, A.; STARKS, L.T. Firms and social responsibility: A review of ESG and CSR research in corporate finance. **Journal of Corporate Finance**, vol. 66, fev. 2021. Disponível em < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0929119921000092> > Acesso em: 20 fev. 2022.

GOMES, F.P.; ARAÚJO, R.P. Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo. In: **Seminários em Administração. Anais 2005**. São Paulo: VIII SEMEAD, 2005.

GRIPPA, P.; SHCMITTMANN, J.; SUNTHEIM, F. **Climate Change and Financial Risk. Finance and Development** – IMF, 2019.

HERMANN, J. O papel dos bancos públicos. **Textos para Discussão CEPAL – IPEA**. Brasília, 2010.

HICKEL, J. What does degrowth mean? A few points of clarification. **Globalizations**. (Online) Journal homepage: <https://www.tandfonline.com/loi/rglo20>, p.2, 2020.

INÁCIO, L; DELAI, I. Práticas de finanças sustentáveis: Um estudo dos seis maiores bancos brasileiros. **XIX Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, 2017. Disponível em < <http://engemasp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/449.pdf> > Acesso em: jul. 2021.

INFANTE, C.E. et al. A Inovação da Sustentabilidade nos Bancos Brasileiros e Internacionais. **INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção**, v. 02, n. 11, p. 38-47, 2010.

INTERNATIONAL PLATFORM ON SUSTAINABLE FINANCE. **Annual Report**. October 2020. Disponível em: < https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/international-platform-sustainable-finance-annual-report-2020_en.pdf > Acesso: 5 dez. 2021

JEUCKEN, M. **Sustainable Finance & Banking: the Financial Sector and the Future of the Planet**. Earthscan Publications Ltd. London, UK e Sterling VA, US, 2001.

LAYARGUES, P.P. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um Conceito? **Proposta Rio de Janeiro**, v.25, n.71, p.5-10 fev, 1997. Disponível em < <http://files.zeartur.webnode.com.br/200000038-e0ad2e2a19/LAY>

RARGUES%20Do%20ecodesenvolvimento%20ao%20desenv%20sustentavel.pdf > Acesso em: 7 fev. 2021

LEMME, C. F. **O Papel do Setor Financeiro na Promoção de uma Economia Sustentável no Brasil**. Instituto COPPEAD de Administração – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

LINS, C.; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. FBDS, Rio de Janeiro, ago. 2007.

MACNEIL, I.; ESSER, I-M. From a Financial to an Entity Model of ESG. **European Business Organization Law Review**. Publicado online em janeiro de 2022 em < <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s40804-021-00234-y.pdf> >. Acesso em: 5 set. 2021.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, G.A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MDLETYE, M.A.; COETZEE, J.; UKPERE, W.I. The Reality of Resistance to Change Behaviour at the Department of Correctional Services of South Africa. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, vol. 5, n. 3, p. 548 -560. Roma, 2014.

MMA. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS**. Brasília-DF, 2011.

_____. **Estratégia de Implementação do 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis**. Brasília-DF, 2015

NAÇÕES UNIDAS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. 1991.

_____. **Pandemia aumenta casos de fome e movimento de deslocados em todo o mundo**. 10 nov. 2020. Disponível em: < <https://news.un.org/pt/story/2020/11/1732352> >. Acesso em: 05 set. 2021.

_____. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. United Nations A/RES/70/1, 2015.

NASCIMENTO, D.A.M. **Resistência à Mudança Organizacional: Correlatos Valorativos e Organizacionais**. Tese (Doutorado em Psicologia Social, UFP). João Pessoa-PB, 2012. Disponível em < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6906> > Acesso em: 24 fev. 2022.

NAVARRO, P.; DÍAZ, C. Análisis de contenido. In: DELGADO, J. M.; GUTIERRES, J. **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Síntesis, 1994. Cap. 7

NOGUEIRA DA COSTA F. Atuação Anticíclica dos Bancos Públicos Brasileiros. **Desenvolvimento em Debate**, v. 3, n.2, p. 47–77, 2015.

NOGUEIRA, J.M.; ZUCHI, P.H.; IMBROISI, D. Crédito Bancário, Risco Ambiental e Sustentabilidade Empresarial: O Caminho Percorrido pelas Instituições Financeiras no Brasil. **Business and Management Review**, v.4 n.8, mar. 2015.

NOUFE, D. **Corporate Social Responsibility and Financial Performance: A Literature Review**. Lasell College. [S.l.] 2016. Disponível em < **Erro! A referência de hiperlink não é válida.**/Corporate_Social_Responsibility_and_profitability?auto=download&email_work_card=download-paper > Acesso em 7 fev. 2022.

O ECO. **No Brasil, proteção ambiental ainda é vista como custo**. [S.l.] [2017]. Disponível em < <https://oeco.org.br/reportagens/no-brasil-protecao-ambiental-ainda-e-vista-como-custo/#:~:text=%E2%80%9CProte%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20%20infelizmente%20%C3%A9%20visto,procedimentos%20do%20licenciamento%20ambiental.%E2%80%9D.>> >. Acesso em 7 fev. 2022.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica: um Manual para a Realização de Pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

OXFAM. **Enquanto grandes empresas lucram na pandemia, os mais pobres pagam o preço**. 09 setembro 2020. Disponível em: < <https://www.oxfam.org.br/noticias/enquanto-grandes-empresas-lucram-na-pandemia-os-mais-pobres-pagam-o-preco/> >. Acesso em: 05 set. 2021.

PANGESTU, M. E.; SAMIR, S. Setting a path to green, resilient and inclusive development. **The Davos Agenda**. 2022. Disponível em < <https://www.weforum.org/agenda/2022/01/setting-a-path-to-green-resilient-and-inclusive-development/> > Acesso em 7 fev. 2022.

PARRIS, T.M.; KATES, RW. Characterizing and Measuring Sustainable Development. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 28, n.1, p. 559-586, 2003.

PNUD. **SDG Financing Solutions**. Disponível em <<https://www.sdfinance.undp.org/content/sdfinance/en/home.html>> Acesso em 13 jul. 2021.

_____. **COVID-19 Socio-economic Impact**. 2021. Disponível em <<https://www.undp.org/coronavirus/socio-economic-impact-covid-19>> Acesso em 13 jul. 2021.

_____. **COVID-19: Human development on course to decline this year for the first time since 1990**. 2021. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/content/covid-19-human-development-course-decline-year-first-time-1990>> Acesso em: 13 jul. 2021.

PNUMA. **Frequently Asked Questions - The Marrakech Process: Towards a 10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production**. UNEP, 2009.

PROTOCOLO VERDE, 1995. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/ProtocoloVerde.pdf>> Acesso em: 2 fev. 2022.

ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

SAE/PR. Desafios ao Aumento do Investimento Privado em Infraestrutura no Brasil. **Relatório de Conjuntura nº 5**. Brasília-DF, jun. 2018.

SANTOS, K.S. et al. **O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(2):655-664. Maceió-AL, 2020.

SILVEIRA, D.T.; CÓRDOVA, F.P. A Pesquisa Científica. In: **Métodos de Pesquisa**. EAD Série Educação à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

STAKE, R. Case Studies. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, I.S. **Strategies of Qualitative Inquiry**. Thousand Oaks/London: Sage Publications. 1988. p. 86-104.

SCHOENMAKER, D; SCHRAMADE, W. **Principles of Sustainable Finance**. Oxford University Press, 2019.

SCHREIER, M. Qualitative Content Analysis. In: FLICK, U. In: **The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis**, 2014. p. 170-183.

TORRES, E.T. Crédito Direcionado e Direcionamento do Crédito: Situação Atual e Perspectivas. **Revista do BNDES**, v. 13, n. 25, p. 35-50, 2006.

ULBRICHT, L.; BERALDO, L. M.; RIPKA, W. L. **Análise de Dados Quantitativos In: Pesquisa Científica - Do Planejamento à Divulgação**. 1 ed. Jundiaí: Paço Editorial, v.1, p. 165-203, 2016.

UNCTAD. The Continuing Relevance of Development Banks. **Policy Brief n. 4**, 2012.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WAJNBERG, D. **Sustentabilidade nos Bancos Brasileiros: Exame da Divulgação do Relacionamento entre Iniciativas Socioambientais e o Desempenho Financeiro Corporativo**. Dissertação (Mestrado em Administração, UFRJ). Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < https://www.silvaporto.com.br/wp-content/uploads/2017/09/SUSTENTABILIDADE_NOS_BANCOS_BRASILEIROS_2008.pdf > Acesso em: 1 fev. 2022.

WEBER, O. Sustainable finance and the SDGs. The role of the banking sector. In: **Achieving the Sustainable Development Goals**, p. 226-239. [SI]: Routledge, 2019.

ZANTEN, J.A. van e TULDER, R. van. Towards nexus-based governance: defining interactions between economic activities and Sustainable Development Goals (SDGs). **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, vol. 28, nº 3, 210–226, 2021.